

MagisCultura



Revista de cultura e arte dos magistrados mineiros

Mineira
2020

**A arte dos
exilados no Brasil**

**Serro, 300 anos
Comarca de
grandes juristas**

**A agonia da arte
circense**

E MAIS:
Contos, poesias, crônica

22

SUMÁRIO



CAPA



Marco histórico

A Comarca do Serro comemora neste ano 300 anos de criação, ostentando uma "história dadivosa na medida do relevante papel desempenhado pelos seus atores, com um legado de competência, de comprometimento com a função pública e de elevado espírito republicano", no dizer do desembargador serrano Armando Freire. A crise sanitária da pandemia do novo coronavírus impediu as comemorações públicas que estavam programadas, mas não inibiu o registro histórico da data, que é simbólica pela importância que a tricentenária Comarca do Serro Frio tem como matriz de uma "prestação jurisdicional célere, plena e melhor distribuída, atenta aos avanços da tecnologia, mas sem abrir mão do toque da sensibilidade humana de seus protagonistas", conforme o desembargador.

MagisCultura homenageia a comarca em sua capa e com dois textos, para dar visibilidade ao legado serrano para o Poder Judiciário.

Aquarela de Sandra Bianchi.

ENSAIO

**O exílio brasileiro dos escritores
Paulo Rónai, Carpeaux e Bernanos**
Gutemberg da Mota e Silva
4



CRÔNICA

Circo finito!
Roberto Soares de Vasconcellos Paes
18



FILOSOFIA

Kierkegaard e Sócrates
Armando Barreto Marra
22



HOMENAGEM

**Uma comarca tricentenária
e o seu legado**
Armando Freire
26



As marcas do Ivituruí
Rogério Medeiros Garcia de Lima
32



POESIA

Não aprisione seus mortos
Llewellyn Medina
42



Noturno da Lagoa II
Llewellyn Medina
43



Serpente

Moinho
Elson de Paula e Silva
44



POESIA

Van Gogh

Fernando Armando Ribeiro

45



Sonetos

João Quintino Silva

46



CONTO

Gratidão

Fernando Armando Ribeiro

47



Casos de Zé Roxinho

Renato César Jardim

48



Ad perpetuam rei memoriam

Wander Marotta

50



NORMAS PARA ENVIO DE ORIGINAIS

MagisCultura é uma Revista da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis), destinada à publicação da produção cultural de juizes e desembargadores de Minas Gerais, em exercício ou aposentados.

Serão aceitos para publicação textos de ficção – contos, crônicas, pequenas novelas, poemas – ou de estudos – artigos, ensaios, resenhas – ou, ainda, ilustrações – fotografias, pinturas, reprodução de esculturas.

Não serão publicados textos de teses políticas, discursos, homenagens pessoais e necrológicos.

A seleção dos trabalhos será feita pelo Conselho Editorial (ver nomes no Expediente).

Os textos deverão ser enviados devidamente digitados, pelo endereço eletrônico da Revista (magiscultura@amagis.com.br) e conter o máximo de 10 mil caracteres.

As ilustrações deverão ser enviadas em formato compatível com a publicação e com resolução mínima de 300 dpi.

Os prazos para envio dos trabalhos serão divulgados pelo site e demais veículos de comunicação da Amagis.

EDITORIAL

Novos caminhos

A presente edição de *MagisCultura* foi gestada durante período crítico para a humanidade, que se viu refém de um ser microscópico, apelidado de 'novo coronavírus', capaz de produzir reflexos em absolutamente todos os campos de nossa atividade. A cultura não ficou imune, é claro, e, além de sofrer grande retração, ainda pagou preço doloroso, com a perda de alguns nomes de altíssima significância para a produção artística brasileira, na música, na literatura, no teatro e nas artes plásticas.

A essa altura, porém, na retomada de certa "normalidade", há apenas duas certezas: a vida continua, mas nada será como antes. Isto significa que precisamos nos mirar nos exemplos da história, para criar os caminhos do presente e do futuro.

Esta é a proposta de nossa capa, que celebra os 300 anos de instalação da Comarca do Serro, cuja comemoração festiva, em abril, teve que ser cancelada. Foi a quarta comarca instalada em Minas, cobria vastíssimo território e dali saíram alguns dos mais proeminentes magistrados e juristas brasileiros, como nos revelam os textos dos desembargadores Armando Freire e Rogério Medeiros.

A trajetória de três intelectuais que aportaram no Brasil depois de perseguidos pela sanha nazista contra os judeus é objeto de ensaio do desembargador Gutemberg da Mota e Silva, autor presente em todas as edições da revista, desde seu lançamento há mais de dez anos.

Uma elegia ao circo, do desembargador Roberto Vasconcelos, um mergulho na filosofia de Kierkegaard, de Armando Marra, contos saborosos e poemas sensíveis complementam o cardápio desta edição da retomada, que há de nos ajudar a refazer alguns passos e construir novos caminhos, diante da nova realidade que já estamos vivendo.

Boa leitura!

Alberto Diniz Junior
Presidente

MagisCultura

Mineira

Amagis - Diretoria Triênio 2019-2021

Presidente: Desembargador Alberto Diniz Junior

Vice-presidente Administrativo: Juiz Luiz Carlos Rezende e Santos

Vice-presidente Financeira: Juíza Luzia Divina de Paula Peixoto

Vice-presidente de Saúde: Juíza Rosimere das Graças do Couto

Vice-presidente do Interior: Juiz Paulo Fernando Naves de Resende

Vice-presidente Sociocultural-Esportivo: Juiz Jorge Paulo dos Santos

Vice-presidente dos Aposentados e Pensionistas: Juíza Marli Maria Braga Andrade

Diretora-secretária: Juíza Ivone Campos Guillarducci Cerqueira

Subdiretor-secretário: Juiz Evandro Cangussu Melo

Diretora de Comunicação: Juíza Cristiana Martins Gualberto Ribeiro

Coordenador de Comunicação: Bruno Gontijo (MTb - MG 11008)

Revista de cultura e arte dos magistrados mineiros

ISSN 1984-5081

• **Conselho Editorial:** Juiz Renato César Jardim (presidente), Desembargador Gutemberg da Mota e Silva, Desembargador João Quintino Silva, Desembargador Luiz Carlos Biasutti, Juíza Aldina de Carvalho Soares, Jornalista e Escritor Carlos Herculano

Editor Responsável: Jornalista Manoel Marcos Guimarães (JP 1587/MG)

Proj. gráfico e editoração eletrônica: Rachel GM Magalhães (rachel@belohorizonte.com)

Ilustrações: Sandra Bianchi (sandrabianchi@gmail.com)

Impressão: Rona Editora | **Tiragem:** 2.300 exemplares

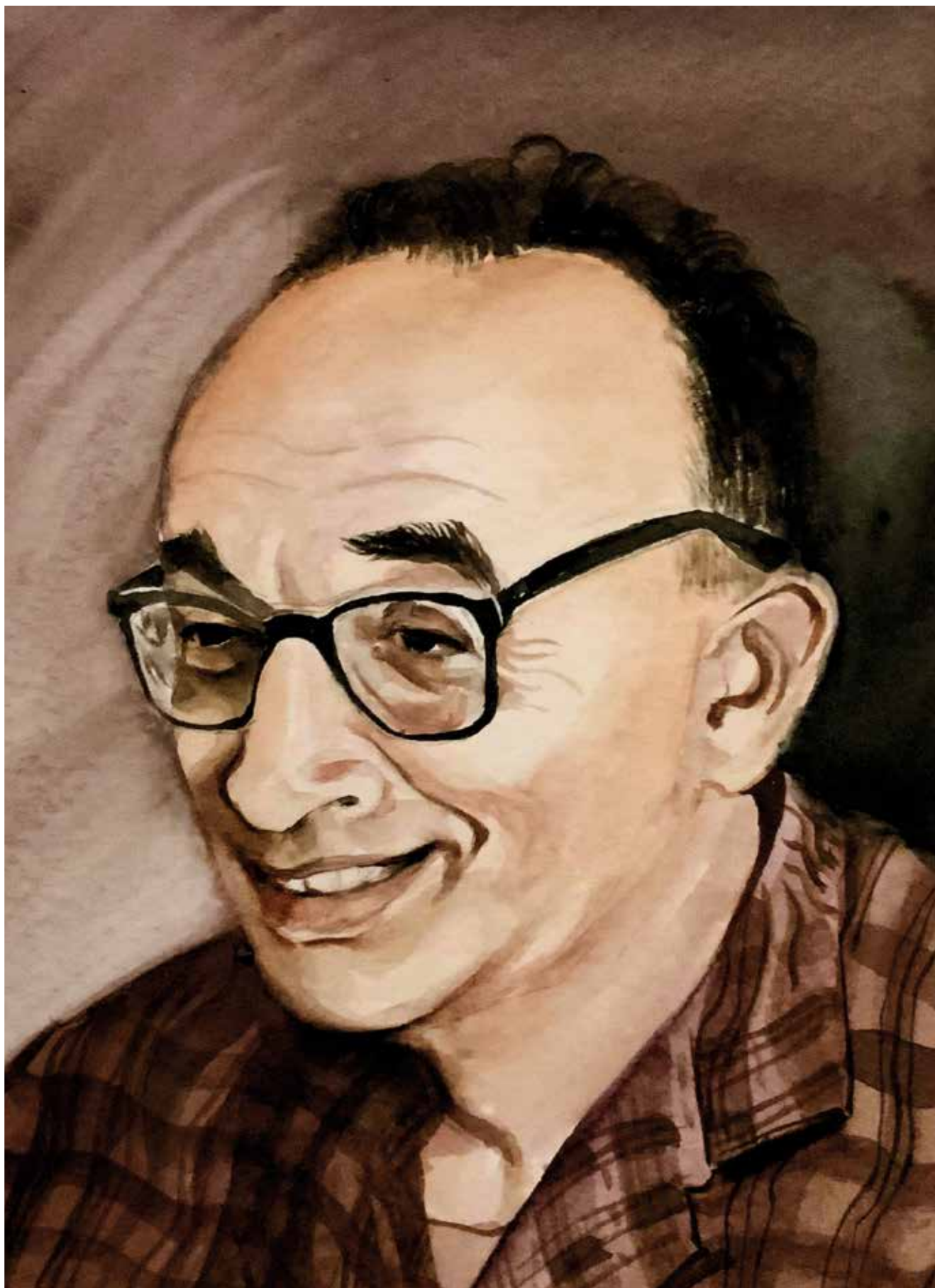
• **Envio de textos para publicação:** leia normas na segunda capa

Endereço para correspondência:

R. Albita, 194 . Cruzeiro . Belo Horizonte . MG . CEP 30310-160

Tel.: 31 3079-3453 . E-mail: magiscultura@amagis.com.br

www.amagis.com.br



Paulo Rónai

O exílio brasileiro dos escritores Paulo Rónai, Carpeaux e Bernanos

Gutemberg da Mota e Silva
Desembargador do TJMG, aposentado

A tradução para o húngaro de poemas em português da *Antologia de poetas paulistas*, feita em Budapeste, por volta de 1938, pelo escritor húngaro judeu **Paulo Rónai** – tradutor, filólogo, latinista, professor de latim, crítico literário, dicionarista –, acabou por lhe salvar a vida: graças ao poeta, romancista e diplomata brasileiro Rui Ribeiro Couto, a quem conhecera por ser autor de *A moça da estaçãozinha pobre*, um dos 30 poemas da obra, Rónai escapou de um campo de trabalho nazista na Hungria, onde esteve preso durante seis meses e do qual certamente passaria a campo de concentração, para ser executado.

Emigrou para o Brasil, chegou em 3 de março de 1941, sem a noiva, Magda, com quem se casou em 1945 por procuração, mas foi assassinada pelos nazistas em janeiro do mesmo ano, aos 23 anos, juntamente com a mãe, denunciadas como judias. Paulo se naturalizou brasileiro e se casou com Nora Tausz, arquiteta italiana, também fugitiva do nazismo e naturalizada. Aqui, organizou e orientou “a mais completa e primorosa edição em língua portuguesa” de *A comédia humana*, de Balzac, como dizem seus editores em *Balzac e A comédia humana* e foi um dos exilados europeus que mais contribuíram para o desenvolvimento cultural do Brasil no século XX.

Também se exilou aqui na época da 2ª. Guerra Mundial, fugindo do nazismo, o escritor católico e crítico literário austríaco **Otto Maria Carpeaux**. Embora desprovido de tudo, a princípio Carpeaux não recebeu de Alceu de Amoroso Lima, o Tristão de Athayde, o apoio que esperava do renomado líder católico brasileiro. No entanto, acolhido entusiasmamente pelo conceituado crítico literário Álvaro Lins, passou a fazer crítica no jornal carioca *Correio da Manhã* e, em dois anos, escreveu sua monumental *História da literatura ocidental*. Em 1968, abandonou a crítica literária para se consagrar “à luta pela libertação do povo brasileiro”.

Outro escritor europeu exilado no Brasil na época foi o romancista e crítico literário católico francês **Georges Bernanos**, monarquista, integrante da *Ação Francesa* e já autor, entre outras obras, do romance *Diário de um pároco de aldeia*, premiado em 1936 pela Academia Francesa. Com a numerosa família, fugira da “Europa em ruínas” sonhando fundar uma “Nova França” na América Latina e subsistir como agricultor e criador de gado.

Embarcou para a América em Marselha em 20 de julho de 1938. Passou pelas ilhas Baleares, na costa da Espanha,

onde vivera exilado, em Maiorca, de 1934 a 1937. O navio Florida ficou poucos dias no Rio de Janeiro e seguiu para o Paraguai, por ele considerado um “paraíso terrestre”. No entanto, “a lua de mel com Assunção durou cinco dias” e ele regressou “com ânimo de permanecer no Brasil”, diz, em *Bernanos, Virgílio e Afonso*, o diplomata, político e escritor Afonso Arinos, filho (*Revista Brasileira*, da Academia Brasileira de Letras, nº 43).

Chegou ao Rio em 5 de agosto de 1938 e no dia 6 desembarcou com a mulher, Jeanne Talbert d’Arc, os seis filhos, um médico e sua família, 14 pessoas ao todo. O escritor e jornalista francês Sébastien Lapaque reconstituiu seus passos no país: “Na primavera de 1939, Bernanos pressente que seus projetos de uma paróquia sob os trópicos estão comprometidos pelo conflito que se anuncia – a Segunda Guerra”, afirma (*Sob o sol do exílio*). Morou em várias cidades, bem mais tempo em Barbacena. Dos três, foi o único a retornar para a pátria (em 1945).

RÓNAI

Difusão das literaturas brasileira, húngara e mundial

Paulo Rónai (Pál, na língua natal), primogênito de seis irmãos [Paulo, Clara, Jorge, Eva e Catarina, gêmeas, e Francisco], nasceu em 13 de abril de 1907, em Budapeste, dividida pelo rio Danúbio, “que cortava a cidade, entre Buda, a parte mais antiga – com suas colinas, banhos turcos, igrejas, palacetes e o próprio Castelo Real –, e Peste, mais jovem e densa, com inúmeros edifícios residenciais, lojas, clubes, restaurantes e hotéis”, diz Ana Cecília Impellizieri Martins em *O homem que aprendeu o Brasil. A vida de Paulo Rónai*, recente e magnífica biografia que muito enriqueceu este texto.

Filho do livreiro Miksa Rónai e de Gisela Lövi Rónai, desde cedo viveu entre livros. Em *Balzac e A comédia humana*, Rónai conta que o pai tinha livreria e papelaria na capital húngara, situada na rua Alkotmányi, nº 10, a mesma onde morava a família Rónai, no nº 12. Era uma loja espaçosa, alta, enorme a seus olhos de criança. “As dez vitrinas mal davam uma ideia da riqueza das prateleiras – blocos e pastas e papéis para todo tipo de serviço. (...) e as gavetas, então, inúmeras em redor das paredes, com aquela variedade de borrachas, lápis, canetas, apontadores, compassos, esfuminhos, aferidores, ábacos, tin-

“Era nessas tardes
mansas que eu
gostava de trepar
nas escadas, de
mexer nos livros,
de arrumá-los e
de acariciar-lhes
a lombada com o
olhar e as mãos.”

teiros de bolso, decalcomanias, vinhetas de cores e mil outras coisas que talvez nem mais existam hoje”.

Havia ainda uma galeria, “aonde se subia por uma escada em caracol, e onde estavam guardadas as mercadorias menos procuradas (...), todo um cafunfo de objetos misteriosos onde em trinta anos sempre descobria novas surpresas. Mas o que mais me atraía eram as altas estantes de livros, em parte só acessíveis por meio de escadas que eu deslocava continuamente”. Preferia as “tardes calmas, de freguesia escassa. Era nessas tardes mansas que eu gostava de trepar nas escadas, de mexer nos livros, de arrumá-los e de acariciar-lhes a lombada com o olhar e as mãos”.

O português nos cafés de Budapeste

Apesar de nessa época haver ganhado um livro de Balzac, somente mais tarde descobriria e se apaixonaria pela obra do escritor francês. No jornal do ginásio publicou alguns versos. Fez no ginásio sua primeira tradução, de um poema de Heine, poeta alemão. Com 20 anos, já era apaixonado por poesia e idiomas, diz Ana Cecília, e era nos cafés de Budapeste, nos dois lados do rio, verdadeiros patrimônios culturais da cidade, que Paulo se encontrava com amigos da faculdade, professores e poetas.

No eruditíssimo prefácio que escreveu em 1956 para a *Antologia do conto húngaro*, organizada por Rónai, Guimarães Rosa afirmou que nos cafés de Budapeste, em incrível número, “a gente almoça, toma chá, lê revistas e jornais estrangeiros, joga xadrez, baralho, pingue-pongue ou bilhar, e ouve música clássica ou zingara”.

Em Lisboa só entendia o português escrito

Seu primeiro contato com o português se deu quando, doutor, aos 23 anos, em filologia e línguas neolatinas, lecionava latim e italiano num ginásio de Budapeste e, uma vez por semana, frequentava o café onde se reuniam seus amigos linguistas, interessados somente em idiomas exóticos, diz em *Como aprendi o português, e outras aventuras*. Ao mesmo tempo, traduzia e se iniciava na crítica literária. Aprendeu sozinho o idioma. Tinha uma antologiazinha em português, vinda de Paris, e o único dicionário de português das livrarias de Budapeste, com tradução em alemão. Recebeu-a de manhã e à tarde já vertera para o húngaro um soneto de Antero de Quental.

Fugiu para o Brasil por Lisboa, “única saída da Europa já em chamas”. Ali passou seis semanas. Nos jornais locais compreendia perfeitamente o que lia, mas nada do que dizia – mesmo que fossem somente três palavras – o porteiro do hotel ou o garçom do café. No bonde diário não entendia o condutor quando anunciava seu ponto de paragem. Depois é que percebeu que, quando pronunciava “*Restauradores*”, ele “suprimia vogais da palavra, carregando nos rr e sibilando os ss”.

No Brasil, “linguagem clara, sem mistérios”

Ficou aliviado ao chegar: “O Brasil me recebia com uma linguagem clara, sem mistérios”. Ao desembarcar do navio, não perdeu nenhuma palavra do carregador, “que, em compensação, perdeu uma de minhas malas”. Entendeu bem o funcionário da alfândega e, “de tão satisfeito, não lhe rebati a surpreendente afirmação de que o português e o húngaro eram línguas irmãs”. O deslumbramento continuou na rua, no táxi, no hotel. “O idioma que eu aprendera em Budapeste era mesmo o português!”

De 1932 a 1949, mensalmente selecionando contos para publicação em revista húngara, calcula ter lido milhares de narrativas de duzentos autores, delas extraindo contos para sua *Antologia*. Em Budapeste, organizara e traduzira para o húngaro, lançando-a em 1939, a coletânea de poetas brasileiros *Brazilia üzen (Mensagem do Brasil)*, entre eles Mário de Andrade, Carlos Drummond de Andrade, Cecília Meireles e Ribeiro Couto, este com “A moça da estaçãozinha pobre” e outros dois.

Ana Cecília informa que Rónai “guardou os recortes de jornal com as críticas de seu último trabalho em terras húngaras entre os poucos documentos daquela época que preservou ao longo de seu exílio. Ele os manteve na mesma pasta onde estavam o diploma de ginásio, os comprovantes de filiação a entidades linguísticas italianas e francesas e os atestados médicos e de boa conduta que o ajudaram a escapar da fúria nazista”. No passaporte, o carimbo: “Sem validade para retorno”.

A moça da estaçãozinha pobre

Tudo começou com a tradução do poema de Ribeiro Couto. Em *Encontros com o Brasil*, referindo-se à *Antologia de poetas paulistas*, Rónai diz: “Foi aí que achei, entre versos de poetas dos quais alguns talvez nunca tenham existido (...), ‘A moça da estaçãozinha pobre’, ‘a poesia que mais me agradou de todo o volume, traduzi-a para o húngaro’. Ana Cecília o considera “Um poema singelo, de delicadeza memorialista, com traço aparentemente interiorano. Nos trilhos de uma estação interiorana brasileira, um trem rompia tempos e cenários passados à velocidade de uma máquina que urge ir adiante. A menina e a Hungria estavam tristes”. Transcrevemo-lo da biografia:

A moça da estaçãozinha pobre

“Eu amo aquela estaçãozinha sossegada/Aquela estaçãozinha anônima que existe/Longe, onde faz o trem uma breve parada.../Na casa da estação, que é pequena e caiada,/Mora, a se estiolar, uma menina triste./À chegada do trem, mal erguendo a cortina,/Ela espia por trás da vidraça que a encobre./Muita gente do trem para fora se inclina/E olha curiosamente o olho da menina,/Tão anônima quanto a estaçãozinha pobre./ O trem parte...ficou na distância, esquecida,/A estaçãozinha... e a moça triste da janela.../Mas vai comigo uma lembrança dolorida.../Quem sabe se a mulher esperada na vida/Não era aquela da estação, não era aquela,/ Aquela que ficou lá para trás, perdida?”

Ao traduzi-lo, Rónai talvez não imaginasse que começava ali a salvar sua vida, pois o poeta, que se tornaria seu amigo e correspondente até falecer, em 1963, em Paris, de infarto fulminante, usou o prestígio de diplomata e levou a outros intelectuais brasileiros os pleitos em favor dele, de Magda, da mãe dela, bem como da própria mãe e irmãos de Rónai.

No entanto, ele pouco obteria se não escrevesse a outros diplomatas, a escritores amigos e até ao presidente Getúlio Vargas, e não se desdobrasse, como crítico e tradutor, para difundir o idioma húngaro no Brasil e o português na Hungria.

Pedreiro forçado, dormia em estábulo

No citado prefácio, Rosa conta que em 1940, por ser judeu, “Rónai foi vítima da perseguição racista, preso no campo-de-trabalho de Háróssziget [Harós-Szigeti], ilha do [rio] Danúbio, perto de Budapeste, onde dormia num estábulo e era obrigado a trabalhar de pedreiro na demolição de um edifício

“Eu era pobre, não pude aprender essas coisas”. Drummond observou: “O que não impediu de ser um dos poetas mais sensíveis, e dono de delicada expressão verbal, da sua geração.”

militar ... para em seguida reconstruí-lo, dez metros adiante. Ai, porém, já Ribeiro Couto [então secretário da Legação do Brasil na Holanda] alertara o Itamaraty da existência daquele nosso amigo em país longínquo. O Governo brasileiro convidou-o a visitar-nos. Rónai se salvou”.

Prossegue Rosa: “Não se salvaram, entretanto, e magoa-nos a menção”, a noiva, Magda, depois de ele se ter “baldadamente esforçado, durante anos, para a tirar de lá”. Os nazistas a assassinaram e, também, a “quase todos os amigos que deixara em Budapeste, muitos deles da inteligentzia magiar, entre os quais quatro escritores que figuram na Antologia – Molnár Ákos, Pap Károly, Szerge e Gélleri.” Em 1945 ele se naturalizou brasileiro, “com dispensa do prazo legal, pelos relevantes serviços culturais prestados ao país”.

Amante da água, mulher de sua vida surgiu na tempestade

Se a tradução do poema abriu caminho para lhe salvar a vida, a ameaça de uma tempestade de verão na Ilha do Governador, Rio, em 25 de novembro de 1951, permitiu a Rónai refazer sua vida sentimental. A borrasca fez com que dois amigos húngaros, os irmãos Grunfeld, buscassem abrigo na casa de Paulo, juntamente com aquela que seria a sua mulher, Nora, amiga de Judite, filha de um deles. Ela residira em Budapeste dos sete aos onze anos e falava o húngaro. Conversaram bastante. De família judia, perseguida pelos nazistas, também buscara refúgio no Brasil, aqui chegando, com o irmão, Giorgio, no mesmo navio, e na mesma terceira classe, apenas dois meses depois de Rónai. Nascida em 29 de fevereiro de 1924, em Fiume, Itália, depois Rijeka, Croácia, e 17 anos mais nova, casaram-se em menos de três meses, em 9 de fevereiro de 1952.

Nas suas *Memórias de um lugar chamado onde*, dedicadas às filhas – Cora Tausz Rónai, jornalista, e Laura Tausz Rónai, flautista e professora –, Nora afirmou que sempre teve “atração fortíssima pela água” e “já sabia nadar” quando engatinhava, e nadava muito em piscinas e na água do mar, que “era bem geladinha até no verão”. Em 2014, com 90 anos, prometeu continuar as memórias e contar como se tornou saltadora, “como virei campeã de natação máster, e por isso viajei o mundo depois dos 70 anos”, e, ainda, como conheceu Paulo. Certamente abençoará a amada água que possibilitou a Rónai torná-la a mulher da sua vida. Segundo a biógrafa, em entrevista aos 84 anos, Rónai declarou: “Nora foi o fato mais importante da minha vida, junto de minhas filhas Cora e Laura”.

Rónai conseguiu a vinda de duas irmãs, Eva e Clara, da mãe (o pai já falecera, em janeiro de 1943) e de dois cunhados, mas sua felicidade nunca poderia ser completa: Jorge, em 1947, e Catarina, em 1957, se suicidaram, e Francisco há muito desaparecera na Sibéria.

O tradutor amava ser professor

Mais conhecido como tradutor e autor de obras sobre tradução, gostava sobretudo de lecionar. Era professor de francês do Colégio Pedro II, Rio. No *Suplemento Literário de O Estado de S. Paulo*, escreveu 112 textos até 1974. Na organização da tradução das obras completas de Balzac, em 17 volumes, a cargo de vários tradutores, escreveu 12 mil notas. Autor de dicionários, de ensaios, como os de *Pois é*, participou de várias obras, escrevendo prefácios. Traduziu para o português o clássico juvenil *Os meninos da Rua Paulo*, de Ferenc Molnár. Tendo como cenário um terreno baldio, um campo de pelada no subúrbio de Budapeste, encantou a leitores de todas as idades.

A Ribeiro Couto Rónai dedicou *Balzac e A comédia humana*. A Aurélio muito agradeceu a perene colaboração, como em *Não perca seu latim*, coletânea de palavras e frases latinas. Com o dicionarista organizou *Mar de histórias – Antologia do conto mundial*, em 10 volumes, publicados ao longo de mais de 40 anos, com contos de vários países. Em 1983 ganhou da ABL o Prêmio Machado de Assis, pelo

“Nora foi o fato mais importante da minha vida, junto de minhas filhas Cora e Laura.”

conjunto da obra; em 1987, a *Medalha Machado de Assis*, pela contribuição ao desenvolvimento literário no Brasil; e, em 1990, em São Paulo, o *Prêmio Jabuti*, como personalidade literária do ano. Foi convidado para palestras nos Estados Unidos e na Europa, e homenageado. Reviu Budapeste três vezes, mas voltou para a amada pátria de adoção.

Um concerto de flauta na porta do poeta

Era amigo íntimo de Drummond. Em 22 de dezembro de 1968, o poeta anotou no diário que ouviu o ruído do elevador parando no seu andar, mas a campainha não tocou. Abriu a porta e se deparou com “a família Rónai – Paulo, Nora, Cora e Laura.” Esta [sua afilhada] se queixou, pois queria se anunciar com um solo de flauta. “– Não seja por isso – tranquilizei-a. – Eu fecho a porta e você começa a tocar. Dito e feito. A melodia derramou-se no pequenino hall, que pela primeira vez tinha a honra de abrigar um miniconcerto, impecavelmente executado. Laurinha e a flauta se entendem muito bem. Foi a mais deliciosa visita de Natal em minha vida” (O observador no escritório).

Com câncer de garganta, em meados de 1992 parou o diário, iniciado em 1928. Em 1º de dezembro de 1992, aos 85 anos, 51 no Brasil, faleceu na casa de Nova Friburgo projetada por Nora, no sítio Pois é, título de livro seu, tendo ao lado a biblioteca, “Brilhoteca”, como indica placa na sua entrada.

CARPEAUX**Obra monumental, crítica literária e luta política**

Filho de Max Karpfen, advogado, judeu, e Gisela Schmelz Karpfen, católica, Otto Maria Carpeaux, batizado Otto Karpfen, nasceu em Viena, Áustria, em 9 de março de 1900. Em *"Reminiscências vienenses"*, dos Ensaios reunidos, v. I, Carpeaux diz, com humor: *"Quando perguntam pela minha cidade natal, costumo responder: Sou de Viena, sim, senhor; mas, pelo amor de Deus não me falem em valsas nem em psicanálise."*

Explica: *"Não desconheço os encantos do ritmo de três tempos – os primeiros compassos da valsa mais banal serão capazes de comover, por uns instantes, um vienense que pretende viver e morrer longe de sua terra. E ninguém desprezará a genialidade do velho médico [Freud] que sofreu horrores por ter descoberto os horrores no fundo das nossas almas. Mas não é tudo. A psicologia da cidade às margens do Danúbio Azul não se resume em alguns termos pseudocientíficos já usados pelos caixeiros-viajantes e pelos speakers de rádio em toda parte; e o Danúbio não é azul, na verdade, e sim verde-sujo, um rio*



Otto Maria Carpeaux

prosaico que corre entre chaminés e terrenos baldios, longe das igrejas góticas e palácios barrocos do centro. Viena é cidade de trabalho”.

Formado em Direito, doutorou-se em Letras, Filosofia, Matemática, Física e Química. Prefaciando a *História da literatura ocidental*, escrita no Brasil, o ensaísta Ronaldo Costa Fernandes afirma que, antes de emigrar, ele ocupava em Viena alto cargo no governo local e teve vida política atribulada. Anexada à Áustria pela Alemanha nazista em 1938, fugiu para a Antuérpia, Bélgica, onde trabalhou como jornalista e escreveu um livro. Em seu país já publicara *O caminho para Roma, Aventura e vitória do espírito* (1934) e *A missão europeia da Áustria* (1935).

No exílio, sua fase “mais criadora e feliz”

Organizador e introdutor dos *Ensaio reunidos*, o ideólogo Olavo de Carvalho divide em quatro fases a vida de Carpeaux. A primeira é a dos anos de formação, de 1900 a 1926, “*marcados pela influência recebida de grandes mestres e pela atmosfera da Viena boêmia e romântica*”. A segunda, de 1927 a 1938, é a do jornalismo, voltada para a defesa da independência da Áustria. A terceira, a “*mais criadora e feliz*”, começa em 1939, com sua vinda para o Brasil, “*onde inicia a grande etapa de sua obra literária, quando se torna o orientador literário e ideológico de toda uma geração de escritores brasileiros*.” Termina em 1968, quando troca a carreira literária pela militância política e “*sobrevive como redator de verbetes para enciclopédias*.” A quarta é de intensa participação política, “*esterilidade literária e crescente depressão*”.

“Maria” indicava a conversão ao catolicismo

Carpeaux e a mulher, Helene Silberherz, cantora lírica que deixara a carreira para acompanhá-lo, estavam entre os cerca de três mil judeus convertidos ao cristianismo admitidos no Brasil em 1939 por Getúlio Vargas, por insistência do Papa Pio XII, revela Alberto Dines em *A morte no Paraíso*, biografia de Stefan Zweig, este também escritor vienense exilado no Brasil na época da 2ª. Guerra [Depressivo, Zweig se suicidou com a mulher, Lotte, em 23 de fevereiro de 1942, poucos dias depois de visitar Bernanos em Barbacena]. O Maria do nome indicava conversão ao catolicismo (1932). Karpfen foi latinizado à francesa ao se naturalizar brasileiro, em 1942.

Pio XII recomendou Carpeaux a Tristão

Recomendado em carta do Papa Pio XII a Tristão de Athayde, Carpeaux o procurou no Centro Dom Vital, no Rio. No primeiro momento, diz Olavo, Alceu não lhe deu a atenção que merecia e lhe arranhou “*um emprego infame numa biblioteca no interior do Paraná*.” Alceu confirmou o fato na entrevista a Antônio Houaiss e Antônio Callado depois da morte de Carpeaux, publicada na biografia dele, *Alceu*, escrita pelo austríaco. (*Alceu Amoroso Lima* por Otto Maria Carpeaux).

Naquele encontro, no país há apenas dois ou três meses, relembra Alceu, Carpeaux falava muito mal o português, mas o alemão dele, Alceu, era “*ainda pior do que o português*” do imigrante. Quando explicava a Carpeaux haver uma associação cujos membros se reuniam no Centro, “*e tal*”, foi interrompido: “*Mas eu precisava de auxílio, porque estou realmente desprotegido, não tenho nada*”. Então, mandou-o para Curitiba. Oito dias depois, escreveu-lhe um Carpeaux furioso: “*É para isso que serve essa falsidade dos católicos? Venha aqui para ver o que me oferecem. Não há nada aqui, nem ambiente, nem situação, nem coisa alguma. Isto é uma falsidade, é uma impostura*”.

Dias depois, desculpou-se: escrevera “*debaixo de uma impressão terrível, o senhor deve compreender... Um estrangeiro chega a um ambiente completamente estranho, lá em Curitiba não havia nada organizado ... De maneira que foi um desabafo horroroso. O senhor me desculpe*”. Então, Alceu veio “*a compreender o que era um homem abatido pelas forças da desgraça e que chega aqui. Imaginem o que é esse homem que chega de Viena, da Europa, e que de repente é transportado para um meio remoto, para uma ponta de trilho, digamos assim, e que se encontra diante daquela situação*”. Alceu se desculpou. Tornaram-se amigos.

“Imaginem o que é esse homem que chega de Viena, da Europa, e que de repente é transportado para um meio remoto, para uma ponta de trilho.”

“Este homem chegou do inferno e nos fala dele, nos conta tudo: tem a alma queimada, o corpo em chagas, mas incólume a consciência, o poder de falar, de dizer, de escrever.”

Álvaro Lins lhe abriu as portas do Correio

Conta Olavo que Carpeaux largou o emprego e foi para São Paulo, sobrevivendo da *“venda de alguns livros raros de sua biblioteca pessoal que conseguiu trazer da Europa. Por fim, saiu do isolamento escrevendo cartas para Álvaro Lins, brilhante e poderoso crítico literário, que lhe abriu as portas da colaboração no Correio da Manhã”*.

Escrevendo em francês, Carpeaux comentou um artigo de Álvaro Lins e lhe pediu apoio, anexando provas de sua produção literária na Europa. No artigo de 19 de abril de 1941, o crítico anunciou a estreia no *Correio* de um novo companheiro, repetindo-o nos livros *Jornal de crítica* e *O relógio e o quadrante*, aqui, assim: *“Apresentação de um companheiro europeu no exílio. I - Como do exilado Otto Maria Karpfen, já em desespero humano, surgiu o nome literário Otto Maria Carpeaux, lançado na imprensa brasileira”*.

Explicou que ele abandonara seu país *“numa fuga perigosa e cheia de aventuras”*. Deixara Viena em 16 de março de 1938, cinco dias após a invasão nazista. Passara pela Itália, Suíça e Bélgica. Chegara aqui em setembro de 1939. Profético, Álvaro Lins garantiu: *“Porque conheço este escritor – sou o único, sem dúvida, dos seus colegas brasileiros a conhecê-lo de fato – estou*

certo que a sua atuação, em nossa vida literária, vai constituir um acontecimento de excepcional resultado”.

“Este homem chegou do inferno e nos fala dele”

Tratando do *“mestre Carpeaux”*, o romancista José Lins do Rego afirmou: *“Este homem saiu de dentro de uma fornalha e nos conta a sua viagem; (...) este homem chegou do inferno e nos fala dele, nos conta tudo: tem a alma queimada, o corpo em chagas, mas incólume a consciência, o poder de falar, de dizer, de escrever. Tudo lhe tiraram. Tudo de material lhe consumiram: os livros, os quadros, a roupa do corpo. Mas o que lhe ficou vale pelos reinos da terra, ficou-lhe, íntegra, a faculdade criadora...”* (Tempos idos e vividos).

Em 1941 começou a escrever crítica literária no *Correio* e nos *Diários Associados*. *“Com certo orgulho”*, lembrou que nos dois primeiros artigos tratou de Kafka – *“e ele não me largou mais”*. Alguns eram traduzidos do francês, outros, diz Olavo, *“já na língua que o autor se esforçava para aprender, com a ajuda de Aurélio Buarque de Holanda”*. Calculou-se que de 1941 a 1966 publicou cerca de 1.500 artigos.

Publicou *A cinza do purgatório* (1942) e *Origens e fins* (1943). Dirigiu a Biblioteca Nacional de Filosofia (1942 a 1944) e a Biblioteca da Fundação Getúlio Vargas (1944 a 1955). De janeiro de 1944 a novembro de 1945 escreveu a *História da literatura ocidental*. Publicou *Pequena bibliografia crítica da literatura brasileira* (1949). Viajou por seis meses pela Europa em 1953, passando por Viena. Reviu os capítulos finais da *História* em 1957 e publicou *Uma nova história da música* em 1958.

Os oito volumes da primeira edição da *História da literatura ocidental* saíram somente de 1959 a 1966, pelas Edições O Cruzeiro. A segunda apareceu em 1977, pela Editorial Alhambra, mas Carpeaux faleceu em 1978, antes de saírem todos os volumes. Em 2008, o Senado Federal publicou a terceira edição, em quatro volumosos tomos.

Às vezes, partia para as vias de fato

Os casais Carpeaux/Helene, Rónai/Nora e Aurélio/Marina se reuniam à noite, pela semana, com certa regularidade, na casa de Graciliano Ramos, Rio. Eram reuniões mais restritas e menos ruidosas do que as feijoadas dominicais do romancista [e da mulher, Heloísa], relata o filho Ricardo Ramos, também escritor (*Graciliano Ramos: retrato fragmentado*).

Carpeaux, como Rónai, também participava da tradicional reunião de escritores, quase todas as tardes, na Livraria José Olympio, Rio. Conta Olavo que ele ficou célebre ali, *“não só por sua erudição, por sua honestidade incorruptível e por seu humor sarcástico, mas também pelo seu temperamento irascível, que às vezes explodia em acessos de cólera nos quais o escritor, vendo-se em dupla desvantagem no bate-boca por estar falando em língua estrangeira e por ser incuravelmente gago, abreviava o debate partindo para as vias de fato”*.

"As encrencas da Europa" lançaram os dois no Rio

No irônico discurso no jantar por seus 50 anos, no Rio, em 27 de outubro de 1942, Graciliano afirmou que seria melhor se houvesse continuado *"a envelhecer na cidadezinha poeirenta"* [Palmeira dos Índios], tratando dos seus *"negócios miúdos, ouvindo a interminável arenga das calçadas ou refugiado à tarde na matriz,"* onde escrevera 19 capítulos do São Bernardo. *"Seria melhor. Infelizmente não me foi possível orientar-me. Os acontecimentos forçaram-me a deslocar-me às pressas."* [Detido em Maceió em 1936, remeteram-no para o Rio, como preso político, no porão de um navio, junto a criminosos comuns].

Continuou: *"Julgo que isso se dá com toda a gente. Há dez anos, na Europa, Otto Maria Carpeaux e Paulo Rónai andavam pelas universidades e não sonhavam percorrer e estudar um dia a nossa terra e a nossa literatura. José Lins do Rego era um excelente fiscal de bancos, depois de ter sido juiz [promotor] em Minas Gerais. Tinha produzido uns artigos, mas se falassem no Ciclo da cana-de-açúcar, ele se espantaria. Aurélio Buarque de Holanda, quase criança ainda (...), redigia poemas que se machucavam, em pedaços de papel, por todos os bolsos, e voltavam da lavanderia completamente ilegíveis. É claro que esses homens, nascidos sob diferentes signos, nenhum esforço fizeram por juntar-se e auxiliar-se. As encrencas da Europa lançaram Paulo Rónai e Carpeaux no Rio de Janeiro, onde estes mestres aplicam a sua cultura numa análise fria do material que lhes fornecemos"*.

Sempre insatisfeito consigo e com o que fazia

Carpeaux trabalhou com o escritor Ivan Junqueira na *Enciclopédia Delta Larousse*, dirigida por Antônio Houaiss. Convivendo com ele de 1966 a 1969, pôde avaliar *"a verdadeira dimensão intelectual e humana daquela criatura polivalente, polêmica, irrequieta, a um só tempo dura e generosa, e sempre insatisfeita consigo mesmo e com tudo o que fazia"* (Cinzas do espólio). Dominando 15 idiomas, destaca Ivan, Carpeaux logo se adaptou ao nosso meio. Em apenas três anos depois de chegar, já falava e escrevia o português e colaborava na imprensa do Rio. Culto e refinado, era simples e cortês, *"em que pesem suas frequentes crises de fúria ou de radicalismo exaltado"*.

Editor-chefe da Enciclopédia Barsa, Carpeaux chegava pontualmente às oito horas. Na mesa, quatro maços de cigarros Hollywood, sem filtro. Fumava-os todos. Seu colega ali também, Ivan diz que era *"assombroso"* seu conhecimento dos *"problemas da arte, da religião, da literatura, da história e da política"*. Acrescentou que *"devemos a ele não somente uma parte de nossa formação como intelectuais, mas também uma rica e inesquecível lição de vida – e de retidão diante da vida"*.

Profundamente gago, era fluente diante de plateia

Os tempos eram difíceis nos chamados *"anos de chumbo"*, diz Ivan. Houaiss teve os direitos políticos cassados, companheiros de redação atingidos pelo AI-5, tendo Carpeaux *"participado ostensivamente da resistência ao arbítrio e ao obscurantismo. E foi então que descobri algo de espantoso: aquele homem profundamente gago e às vezes ofegante, talvez devido ao excesso de fumo, toda vez que tomava a palavra diante de uma plateia o fazia de modo correto e fluente, sem um único tropeço, sequer um descompasso, sem aquelas bruscas e penosas interrupções de fala que tanto o afligiam"*.

Foi assim que em março de 1968 o viu na Cinelândia, Rio, conclamando a multidão a acompanhar o cortejo fúnebre do estudante assassinado no restaurante Calabouço [Edson Luís de Lima Souto], durante confronto com militares, e a reagir com armas, se necessário. No *Correio* publicava artigos contra o regime militar, tal como o escritor Carlos Heitor Cony.

Cony diz que *"foi com pavor"* que se aproximou dele, no início dos anos 60, quando entrou no *Correio* para inaugurar o copidesque [revisor de texto a ser publicado] e Carpeaux era o principal editorialista. *"Esse monstro ali estava, andando de mesa em mesa, fumando sem parar, esperando a reunião das 18 horas"*, para discussão da página de opinião, *"a famosa página 6 do velho 'Correio'"*.

Por pressão do regime, os dois pediram demissão mais ou menos ao mesmo tempo. Sem jornal para escrever, saíram pelo país, palestrando para universitários. Havia debates. Cony diz que respondia às perguntas *"com milhões de palavras e não era entendido, Carpeaux pensava um pouco, dizia cinco, seis, dez palavras – e estava tudo ali em poucas palavras. Decididamente, um monstro. Nem percebiam o seu folclórico defeito de dicção, que, na intimidade, era até escandaloso"*. (<http://www.academia.org.br/artigos/otto/maria-carpeaux>).

"Minha cabeça e meu coração estão em outra parte"

Em nota prévia no livro *Vinte e cinco anos de literatura*, Carpeaux anunciou o fim de sua carreira literária, considerando encerrado seu ciclo: *"Minha cabeça e meu coração estão em outra parte. O que me resta, de capacidade de trabalho, pertence ao Brasil e à luta pela libertação do povo brasileiro"*.

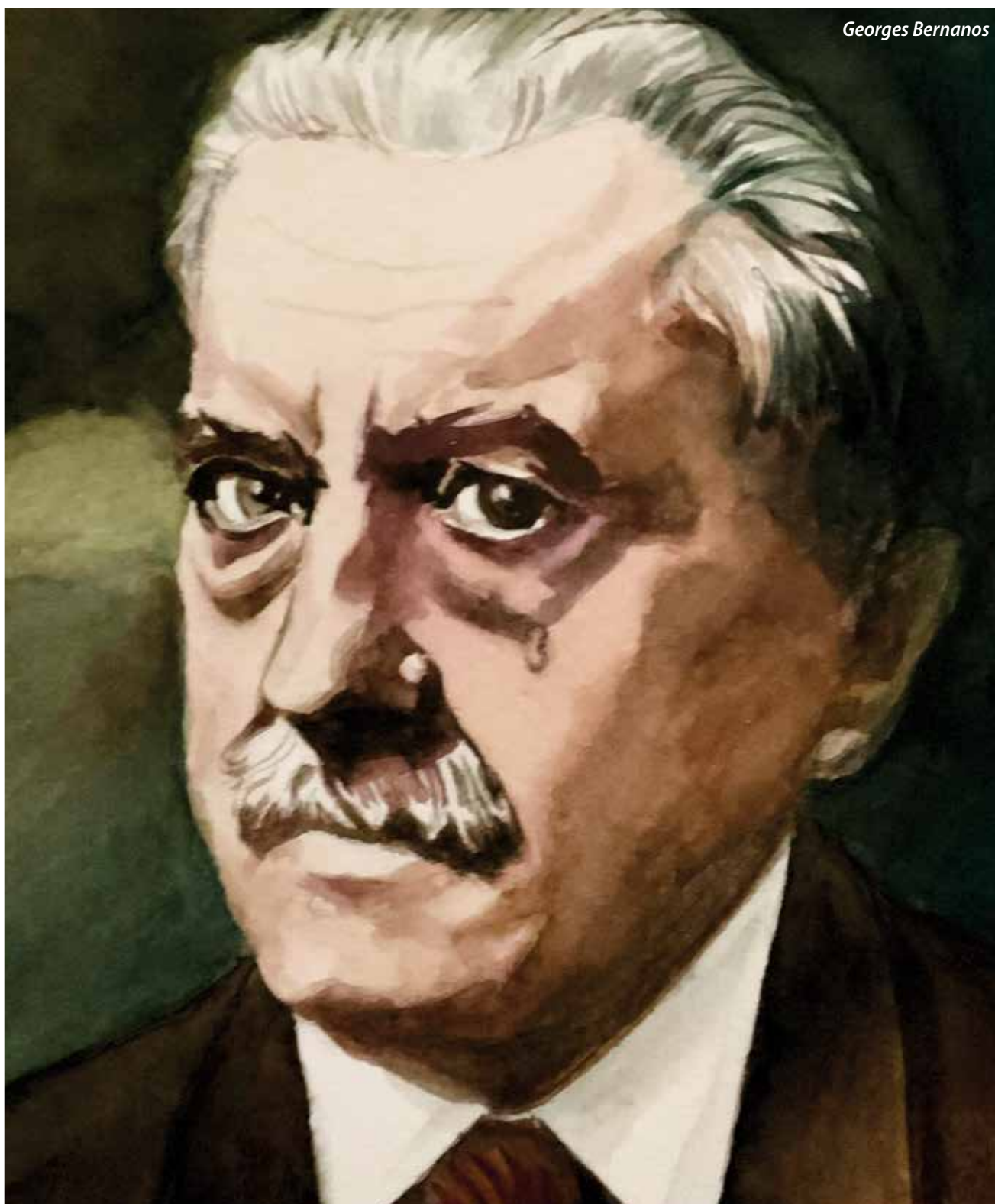
"Nos seus últimos tempos, diz Olavo, Carpeaux dava sinais de depressão, já não escondia a amargura, a suspeita de que sua vida fora, de algum modo, desperdiçada. No hospital onde, internado após um ataque cardíaco, viria a morrer logo depois [em 3 de fevereiro de 1978], confessou a Franklin de Oliveira, entre lágrimas, o sentimento de incongruência e absurdidade que o atormentava". Depois, Franklin escreveu: "Passada a emoção do encontro, ele me disse: Tudo para acabar assim... Percebi uma lágrima no canto do seu olho".

BERNANOS**Sonho de fundar “Nova França” na América Latina**

Georges Bernanos nasceu em Paris em 20 de fevereiro de 1888. Participou da 1ª. Guerra Mundial. Católico radical, desde jovem atuou no movimento monarquista *Ação Francesa*. Sébastien Lapaque conta que na origem da partida de Bernanos e dos seus para a América Latina há um sonho adolescente, o projeto de uma “Nova França”, “fundada no Paraguai com um punhado de jovens intrépidos”, uma

“resolução que remontava ao ano de 1912”, à maneira de aventureiros do passado.

Deixou a França em 20 de julho de 1938 tencionando se fixar no Paraguai, “apenas porque no *Grand Larousse* era chamado de “paraíso”, contou mais tarde ao jornalista Austregésilo de Athayde e revelaram, na biografia deste, Cícero Sandroni e Laura Constância A. de A. Sandroni (*Austregésilo de Athayde, o século de um liberal*). O navio aportou pouco tempo no Rio, sendo ele muito bem recebido, e seguiu para Assunção, mas, desiludido, em poucos dias



retornou ao Rio. Morou em Itaipava, Vassouras, Juiz de Fora, Pirapora e Barbacena. Para Austregésilo, Bernanos era, antes de tudo, um nômade. Ele próprio se dizia “*um viajante aventureiro*”, um “*vagamundo*”.

Marcelo Coimbra Tavares, em *E Bernanos (de corpo e alma)* baixou em Minas, depoimento para o *Estado de Minas* não publicado em vida, diz que, em sete anos no Brasil, Bernanos teve na verdade somente “*duas moradas efetivas*”, Pirapora e Barbacena, excluídas as rápidas estadas nas outras cidades.

No início, vivia “*numa casa simples de taipa*”

Monique Gosselin, professora de literatura francesa em Paris, escreveu, em *Os anos de Bernanos em Minas*: “*Em 1939, vamos encontrar o autor numa fazenda de Vassouras, vivendo numa casa simples de taipa, coberta de palha. A família vive em condições muito precárias e Bernanos pede, então, ao grande amigo Virgílio de Melo Franco o ajude a encontrar um estabelecimento mais rentável*” (*Jornal do Brasil*, 1º de dezembro de 1991).

Em fins de 1939, Virgílio, seu maior amigo, levou-o para Pirapora, última estação da Central do Brasil em direção ao Norte, instalando-se numa “*casa sem nenhuma condição*”, afirma Austregésilo. Político, escritor, jornalista, caçador, rico, Virgílio tinha empresa de navegação no São Francisco. Monique diz que, em *As crianças humilhadas*, assim se refere à casa da fazenda, a 18 quilômetros da cidade: “*caída, sem teto, com telhas a cobri-la e uma balaustrada de madeira na varanda, um pátio com as paredes descascadas, arranhadas, queimadas, machucadas pelo sol, sinal quase abstrato da extrema miséria*”, “*as portas não têm fechaduras*” e “*as janelas não têm vidro...*”

Comprou casa pelo nome do lugar: Cruz das Almas

Acrescentou: “*Bernanos nem sempre ganha dinheiro. Sua família vive modestamente. E ele comenta, com muito humor, com um de seus correspondentes, que será preciso escrever muitos livros para poder manter a fazenda, pensada de início como meio de subsistência. Podemos acompanhar na leitura de sua correspondência a dificuldade de Bernanos em escrever, e todas as suas rasuras, rasuras que acabam por somar apenas uma página de todas aquelas redigidas durante o dia. E é dessa página que vem o sustento.*” [Mesmo assim, ali concluiu o romance *O senhor Ouine*, há muito interrompido].

Diante do apelo de Bernanos, que sofrera prejuízo ao distratar precocemente o arrendamento da fazenda, Virgílio, dono da fazendola Granja das Margaridas, em Barbacena, conversou em agosto de 1940 com o prefeito Bias Fortes para a compra de pequena propriedade agrícola em Cruz das Almas, arrabalde da cidade. De início, não quis, mas a comprou porque se encantou com seu nome, tanto que assim intitulou o livro ali escrito: *O caminho de Cruz das Almas*. [Bernanos nunca soube que Virgílio e mais dois amigos pagaram dois terços do preço da casa].

“E todas as suas rasuras, rasuras que acabam por somar apenas uma página de todas aquelas redigidas durante o dia. E é dessa página que vem o sustento.”

Montava um belo animal, chamado “Oswaldo”

Embora fosse menino na época, Afonso Arinos, filho, se lembrava bem do escritor, pois passava férias na Granja das Margaridas e, quando seu pai, Afonso Arinos, e o tio, Virgílio, lá estavam, Bernanos os visitava frequentemente: *“Chegava montado num belo animal, chamado Oswaldo pelo escritor, por ser presente de Oswaldo Aranha [ministro das Relações Exteriores], muito ligado a Virgílio, que lhe recomendara o amigo. Mas o porte ereto que mantinha ao cavalgar se desfazia quando apeava. Era como um centauro se desintegrando, apoiado em duas bengalas para sustentar a perna defeituosa, a subir, com dificuldade, os poucos degraus da varanda que circundava a casa”*. [Em virtude de acidente de motocicleta, usava uma espécie de bota no pé deformado e andava apoiado em duas bengalas].

Sem acesso à renda dos seus livros

Biógrafa de Virgílio, Carolina Nabuco conta que Bernanos lutara durante um ano e meio, sem êxito, para subsistir como fazendeiro em Pirapora, onde arrendara por três anos a fazenda Santo Antônio e comprara *“umas duzentas cabeças de gado e alguns animais de montaria”*. (A vida de Virgílio de Melo Franco). Com a guerra, ficou sem receber a renda das grandes tiragens de seus livros na Europa. Virgílio, então, intermediou sua contratação, pelos *Diários Associados*, para escrever em *O Jornal*, do Rio, e no *Estado de Minas*. Embora bem remunerado por artigo, escrevia pouco. Tratava sobretudo de religião e pugnava por uma França livre. Para Lapaque, seus artigos *“pesaram para a entrada do Brasil na guerra em agosto de 1942”*.

Filhas chamavam a atenção em Pirapora

“Em Pirapora, e depois em Barbacena, diz Carolina, continuam as complicações de toda espécie. Não consegue que os filhos se adaptem ao que consideram um exílio. De Pirapora foge-lhe para o Rio de Janeiro a filha mais velha, quase arrastando com ela a mais moça.(...) O filho mais novo não o abandona, mas desafoga a dor da inadaptação no “mauveais chemin” da bebida.

Às *“elegâncias francesas”* ninguém era indiferente. O francês Bernard Marcel Crochet, que o conhecera em Juiz de Fora, contou a Lapaque que quando indagava aos antigos moradores de Pirapora que lembrança tinham da temporada de Bernanos, ouvia frequentemente: *“Suas filhas”*. Conta ainda que Pedro Lobato Santos, que o conhecera em Barbacena quando Bernanos frequentava o há muito inexistente Café Colonial, na rua XV de Novembro, 20, suspirava ao se lembrar de Dominique, *“de charme lendário”*.

Em conferência no centro Dom Vital, após a morte de Bernanos, Virgílio disse que, dada a vasta correspondência entre eles, *“poderia reconstituir, um a um, os pequenos e amargos problemas de sua dolorosa existência de proletário intelectual e chefe de numerosa família”*.

Virgílio matou e morreu

Menos de cinco meses depois da morte dele, às cinco horas da madrugada de 29 de outubro de 1948, dentro de sua própria casa, Virgílio também morreu, atingido por tiro de fuzil de caça subtraído pelo invasor, com o chumbo, do compartimento onde guardava suas armas de caçador. Foi disparado da escada em frente a seu quarto por Pedro Santiago Pereira, ex-empregado doméstico (copeiro) que meses antes fora despedido por sua mulher, Dulce, mas o matou com um tiro de revólver após ser alvejado.”

Preocupação com a sorte dos filhos

O jornalista Marcelo Tavares publica trechos de cartas de Bernanos a amigos mineiros, como o professor Edgar de Godói da Mata-Machado, *"preocupado com a sorte de Yves, o filho que mais lhe dá trabalho no exílio"*. Segundo Marcelo, que o conheceu, era um belo rapaz, boêmio, bebia e fumava bem, apesar das complicações pulmonares, meio aventureiro e meio místico, estroina, e gostava de viver perigosamente. E Afonso Arinos, filho, revela que Michel, outro filho do escritor, suicidou-se *"na floresta de Fontainebleau, em França, onde, como o irmão Ives, se engajara nas tropas sob o comando do General De Gaulle."*

No Café senti "quase todas as formas de solidão"

Em setembro de 1940 o escritor se mudou para Barbacena, instalando-se na casa de Cruz das Almas, por ele reformada, hoje Museu George Bernanos. Marcelo afirma que, naquela conferência, Virgílio relata que, em Barbacena, *"Bernanos viveu alguns dias tranquilos, pelo menos do ponto de vista material. Todas as manhãs descia à cidade e, depois de ouvir a missa na Igreja (...), deixava o cavalo amarrado na porta do café [Colonial] e, apoiando nas suas bengalas de inválido, ia sentar-se a uma das mesas, onde começava a escrever livros, cartas e o Diário"* (Estado de Minas, 10-outubro-2001). Tinha o mesmo hábito em Juiz de Fora, onde escreveu *Escândalo da verdade*. Segundo Lapaque, às vésperas do retorno, ele afirmou: *"Caros amigos, se um de vocês, por uma razão ou outra, passar um dia em Barbacena e quiser lembrar-se de mim, vão espiar esse café minúsculo, pensando que senti aí quase todas as formas de solidão"*.

O melancólico encontro com Zweig

Bernanos recebeu, provavelmente no início de fevereiro de 1942, a visita do escritor Stefan Zweig, exilado em Petrópolis. Lapaque ouviu do romancista Geraldo França de Lima, testemunha da visita: *"Foi um encontro melancólico. Zweig estava quase mudo. Só Bernanos falava, muito atencioso. Queria que Zweig passasse alguns dias em sua propriedade. Convidou-o a acompanhá-lo num protesto ao mundo contra as atrocidades que Hitler praticava contra os judeus"*. [Ele não se dispôs: já não cria que sua voz fosse audível no mundo de então].

Mais adiante: *"Stefan Zweig e sua esposa chegaram em Cruz das Almas lá pelas quatro horas, pegaram o trem de volta às onze. Depois da refeição, Bernanos quis absolutamente acompanhá-los à estação. Zweig e ele falaram ainda um pouco na plataforma. O trem chegou e Zweig partiu. Não esquecerei jamais o que Bernanos me disse nesse instante, ainda ressoa no meu ouvido: "Ele está morrendo". Alguns dias mais tarde, vim anunciar a Bernanos o suicídio de Zweig. Ele estava de pé no pátio de Cruz das Almas, apoiado em suas bengalas. Vi-o chorar."*

**"Ele não se dispôs:
já não cria que sua
voz fosse audível no
mundo de então."**

Se pudesse, escolheria o Brasil para morrer

Acompanhado da mulher, de quatro dos seis filhos – Ives, Claude, Dominique, Jean-Loup – mais nora e neta, Bernanos se despediu do Rio em 31 de maio de 1945. Dois dias depois, embarcaram num cargueiro de bananas holandês para, contra a sua vontade, retornar para a França. De Gaulle telegrafara: *"Bernanos, seu lugar é entre nós"*.

Operado de *"moléstia grave"* no fígado, no Hospital Americano, de Neuilly-sur-Seine, Paris, Bernanos morreu em 6 de julho de 1948, aos 60 anos. O diplomata Jaime de Barros, que o visitara na fase terminal, dele ouviu que se pudesse *"escolher um país para morrer, escolheria o Brasil"*.

Referências bibliográficas

• OBRAS DE PAULO RÓNAI

- . *Como aprendi o português, e outras aventuras*, 2ª. ed., São Cristóvão, RJ: Artenova, 1975.
- . *Balzac e A comédia humana*, 4ª. ed. São Paulo: Globo, 2012.
- . *Encontros com o Brasil*, 4ª. ed. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2014
- . *Antologia do conto húngaro*, 2ª ed. (Seleção, tradução, introdução e notas de Paulo Rónai). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1958.

Outras:

- . *O homem que aprendeu o Brasil. A vida de Paulo Rónai*. Ana Cecília Impellizieri Martins. São Paulo: Todavia, 2020.
- . *Memórias de um lugar chamado onde*. Nora Rónai. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2014.
- . *O observador no escritório*. Carlos Drummond de Andrade. Rio de Janeiro: Record, 1985.
- . *Os meninos da Rua Paulo*. Ferenc Molnár. Tradução: Paulo Rónai. Revisão da tradução: Aurélio Buarque de Holanda. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

• OBRAS DE CARPEAUX

- . *História da literatura ocidental*, 3ª. ed. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2008, 4 v. Edições do Senado Federal; v.107-A.
- . *Ensaio reunidos. 1942 – 1978*, v. I, de A cinza do purgatório até Livros na mesa. Rio de Janeiro: UniverCidade/Topbooks, 1999.
- . *Vinte e cinco anos de literatura*. Rio de Janeiro: Civilização, 1968.
- . *Alceu Amoroso Lima por Otto Maria Carpeaux*. Rio de Janeiro: Edições Graal Ltda., 1978.

Outras:

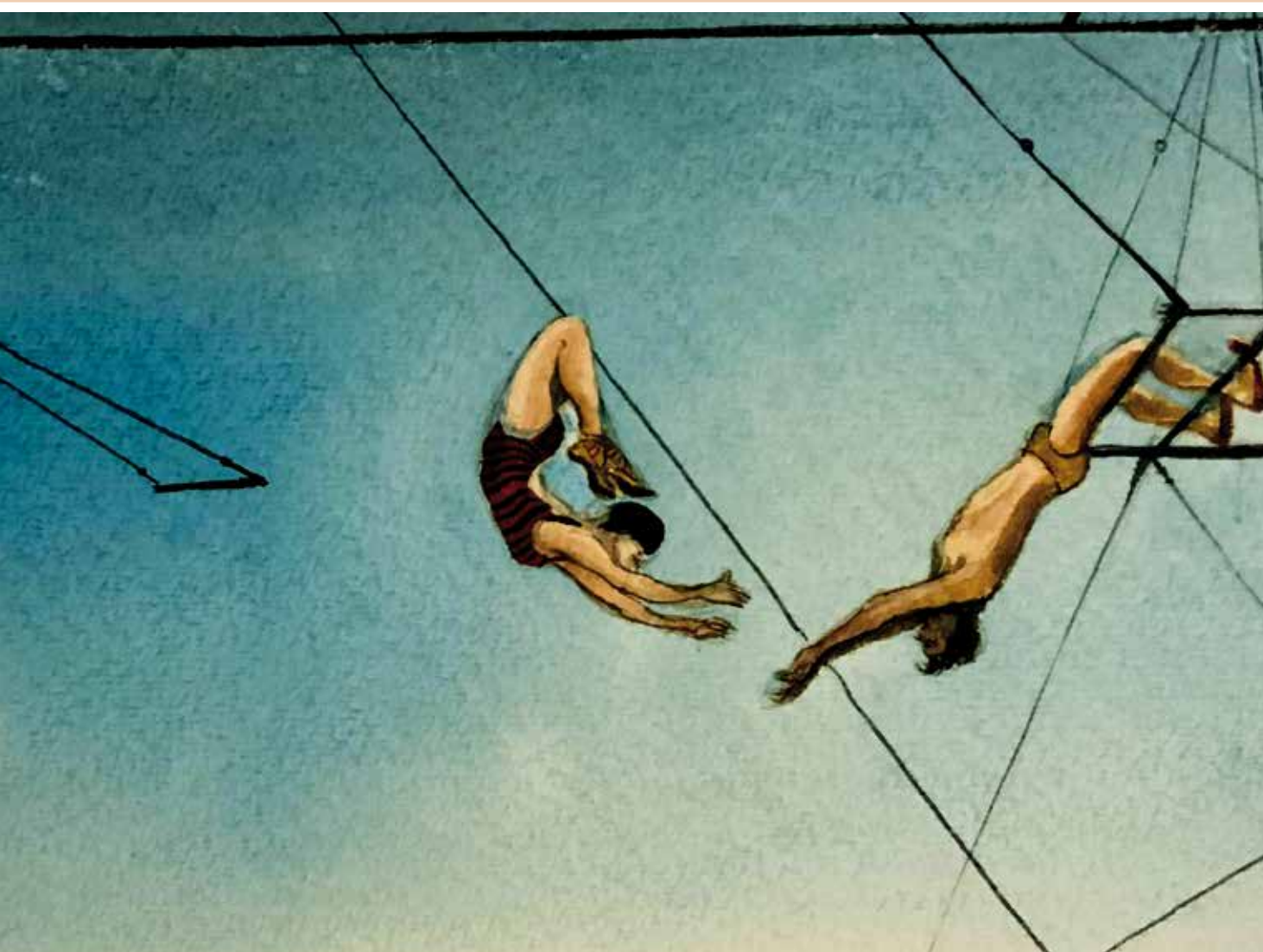
- . *Cinzas do espólio*. Ivan Junqueira. Rio de Janeiro-São Paulo: Record, 2009.
- . *Otto Maria Carpeaux*. Carlos Heitor Cony (<http://www.academia.org.br/artigos/otto-maria-carpeaux>)
- . *Apresentação de um companheiro europeu em exílio*, em O relógio e o quadrante. Ensaio sobre literatura estrangeira (1940-1960). Álvaro Lins. Rio de Janeiro: Civilização, 1964.

• OBRA DE BERNANOS

- . *Diário de um pároco de aldeia* (Journal d'un curé de campagne). Tradução de Edgar de Godói da Mata-Machado. Rio de Janeiro: Agir, 1964.

Outras:

- . *Austregésilo de Athayde. O século de um liberal*. Cícero Sandroni e Laura Constância A. de A. Sandroni. Rio de Janeiro: Agir, 1998.
- . *Sob o sol do exílio. Bernanos no Brasil (1938 – 1945)*. Sébastien Lapaque. Tradução: Pablo Simpson. São Paulo: É Realizações, 2014.
- . *A vida de Virgílio de Melo Franco*. Carolina Nabuco. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1962.
- . *Bernanos, Virgílio e Afonso*. Afonso Arinos, filho. Revista Brasileira, da ABL, n. 43.
- . *Morte no paraíso: a tragédia de Stefan Zweig*, 4ª. ed., amp., Alberto Dines, Rio de Janeiro: Rocco, 2012.
- . *E Bernanos (de corpo e alma) baixou em Minas*. Marcelo Coimbra Tavares. Estado de Minas. Belo Horizonte: 10-10-1981.
- . *Os anos de Bernanos em Minas*. Monique Gosselin. Jornal do Brasil, 1º./12/1991.



Circo finito!

Roberto Soares de Vasconcellos Paes
Desembargador do TJMG

Em “*Alucinações Musicais*”, o neurologista e escritor Oliver Sacks investiga o que acontece com o nosso cérebro, quando, por exemplo, um fragmento musical cola nos ouvidos como goma de mascar. Comigo, desde a infância, é assim com a bela canção de Sidney Miller, cantada por Marília Barbosa, “*O Circo*”:

Vai, vai, vai começar a brincadeira, tem charanga tocando a noite inteira. Vem, vem, vem ver o circo de verdade. Tem, tem, tem picadeiro e qualidade.

Se isso é ou não é um distúrbio neurológico, não faz a menor diferença, o importante é que tenha relação com a minha paixão pelo circo. Afinal, parafraseando Friedrich Hölderlin, o que significa tudo o que os homens fizeram e pensaram durante milênios, perto de um instante de paixão?

“*Panem et circenses*”... sábios romanos. Não à toa, no cinema, para o meu deleite completo, um empresário megalomaniaco, um artista famoso, “*O Grande Sebastian*”, um palhaço foragido, um cruel domador de elefantes e a disputa pelo amor da linda trapezista. Ahhhh ... um belo filme sobre o circo, aquele recinto circular onde se realiza “*O Maior Espetáculo da Terra*”!

Embora como marca registrada o elenco circense seja muito melhor, o mundo é um descomunal picadeiro. Nos idos de 1990, conheci o dr. Ivo Pitanguy, àquela época *affair* de uma amiga nossa, belíssima mineira. Mal fomos apresentados, eu quis saber mais sobre o incêndio do Gran Circo Norte-Americano, chamado pela imprensa de “*o espetáculo mais triste da terra*”, que, em 1961, em Niterói, matou mais de 500 pessoas.

Naquele trágico dia, “*Dequinha*”, “*Pardal*” e “*Bigode*” atearam fogo no circo porque o primeiro foi impedido pelo tratador de elefantes de acessar o recinto de lona sem a devida contraprestação pecuniária. O hospital do município estava fechado por falta de recursos, mas o famoso cirurgião plástico e alguns demais médicos ajudaram a salvar outros tantos adultos e crianças que tiveram os corpos queimados.

Hoje, é inevitável entrar no Edifício Sede do TJMG sem me lembrar que, na década de 1970, assisti naquele mesmo terreno ao espetáculo de um circo cujo proprietário, Ovídio, era primo da minha prima. O “*parentesco por afinidade*” me valeu um inesquecível passeio pelo acampamento dos artistas, vendo-os de perto, em uma deliciosa sensação de acolhimento pela família circense. Nunca me esquecerei da mulher barbada, tranquilamente acomodada em uma cadeira de balanço, com o seu rádio transistorizado “*Transglobe*” sobre o colo, ouvindo “*A Whiter Shade of Pale*”, executada pela Procol Harum.

“ O que significa tudo o que os homens fizeram e pensaram durante milênios, perto de um instante de paixão?”

Naquele mesmo histórico quarteirão, pouquíssimo tempo depois, foi edificada a sede da Telemig – Telecomunicações de Minas Gerais, que, ainda nos anos 70, teve como presidente o brigadeiro Theobaldo Antônio Kopp, meu simpático vizinho no bairro Funcionários, que estava sempre receptivo para bater um papo sobre futebol e tênis. O que nos foi contado pelos mais velhos é que, em 7 de março de 1945, na região de Suzzara, na Itália, o então capitão Kopp teve a sua aeronave de combate alvejada por um canhão antiaéreo nazista – 37 mm – e foi obrigado a saltar de paraquedas, caindo nas linhas inimigas. Após dominar um soldado alemão e tomar a bicicleta dele, o capitão a conduziu pelas estradas da Lombardia, até ser encontrado pelos partisanos da S.A.P. (Squadre di Azione Patriottica), ao lado dos quais, munido de uma das metralhadoras .50 do avião dele, combateu os alemães até ser finalmente resgatado pelo avanço aliado, em 21 de abril daquele ano. Portanto, um nome brasileiro digno de estar gravado no Panteão da Pátria e da Liberdade.

Aliás, em Florença, a minha família e eu tivemos a felicidade de passearmos pelas ruas e monumentos da “*Cidade dos Lírios*”, acompanhados pela agradável amiga e professora de italiano do meu filho caçula, a sra. Grazia Massetani, florentina há quase 90 anos. Um privilégio, muitas histórias e detalhes curiosos sobre a cidade e os paisanos. Em especial, a passagem dela, em uma noite de lua cheia, em 1944, quando



foi acordada pelo pai, engajado na “*Resistenza Italiana*”, para assistir pela veneziana do seu quarto à retirada das tropas nazistas. Eram tempos de trevas, se vivia na mais completa escuridão e nenhuma espécie de iluminação noturna era usada nas residências. Grazia nos contou que morava na Via Sinistra dell’Arno, a rua de ligação com a estrada. Os seus vizinhos de parede divisória, um casal de irmãos, jovens ex-integrantes da desfeita Orquestra de Florença. Os alemães se retiravam enfileirados e cabisbaixos. Eis que, em seu lar e na penumbra, os dois músicos começaram a executar o Concerto em Si bemol, para piano e violino, de Mozart. O comandante da tropa alemã imediatamente gritou: “*Aufhören!*” Os soldados pararam e permaneceram imóveis e silenciosos, ouvindo a execução da maravilhosa peça até o seu final, quando, sob ordem superior, reiniciaram a marcha, o que levou o “*partigiano*” a dizer: “*E não é que os filhos da puta têm alma ... Volte a dormir, criança*”. Grazia primeiro, depois todos nós, choramos, choramos ...

Foi ainda na belíssima Itália, em Cagliari, que, no ano passado, pela última vez, assisti a um espetáculo circense, era o Circo Bellucci, capitaneado por Mario Orfei, de tradicional família de artistas. Após a sessão, conversei com o adestrador do estupendo tigre-de-bengala branco. O artista me pareceu ser inglês. Falamos sobre Orlando Orfei, o italiano radicado no Brasil, alcunhado pelo Papa João XXIII como o “*Apóstolo da Paz*”. Rememorei as suas “*Águas Dançantes*”, show executado por ele e considerado um clássico mundial, que, quando menino, tive a oportunidade de testemunhar em um colossal picadeiro, armado no antigo terreno do estádio do Galo, onde, atualmente, está estabelecido um shopping center. Conversei sobre o saudoso Tivoli Park da Lagoa, empreendimento de diversões que funcionou muitos anos no Rio de Janeiro. Após me descrever as belezas do Circo e declarar a saudade do passado, o amansador de animais se afastou e, com lágrimas nos olhos, vociferou: “*Circo Finito!*”.

Na Sardenha, me despedi do Circo e, como chiclete grudado na cabeça, ainda ouço a mesma canção:

*Quem chorava já não chora, quem cantava desafina,
porque a dança só termina quando a noite for embora. Vai, vai,
vai terminar a brincadeira que a charanga tocou a noite inteira.
Morre o circo, renasce na lembrança, foi-se embora e eu ainda
era criança.*

De volta ao Brasil, tomado por estas e outras experiências, em um processo criativo cuja construção o médico Oliver Sacks até poderia explicar como a integração das dimensões psicológica, moral e espiritual, tanto das afecções quanto de seu tratamento, concebi a música abaixo transcrita, “*Circo Finito*”, que, sem nenhuma pretensão a não ser celebrar a paixão pela arte do picadeiro, ofereço aos leitores.

Circo finito!

Lento

Piano

p

5

Pno.

Gm Bb

9

Pno.

Ab Gm Bb

12

Andante **Lento** **Andante**

Pno.

mf *p* *f*

Bb Gb Ebm Bb Bb

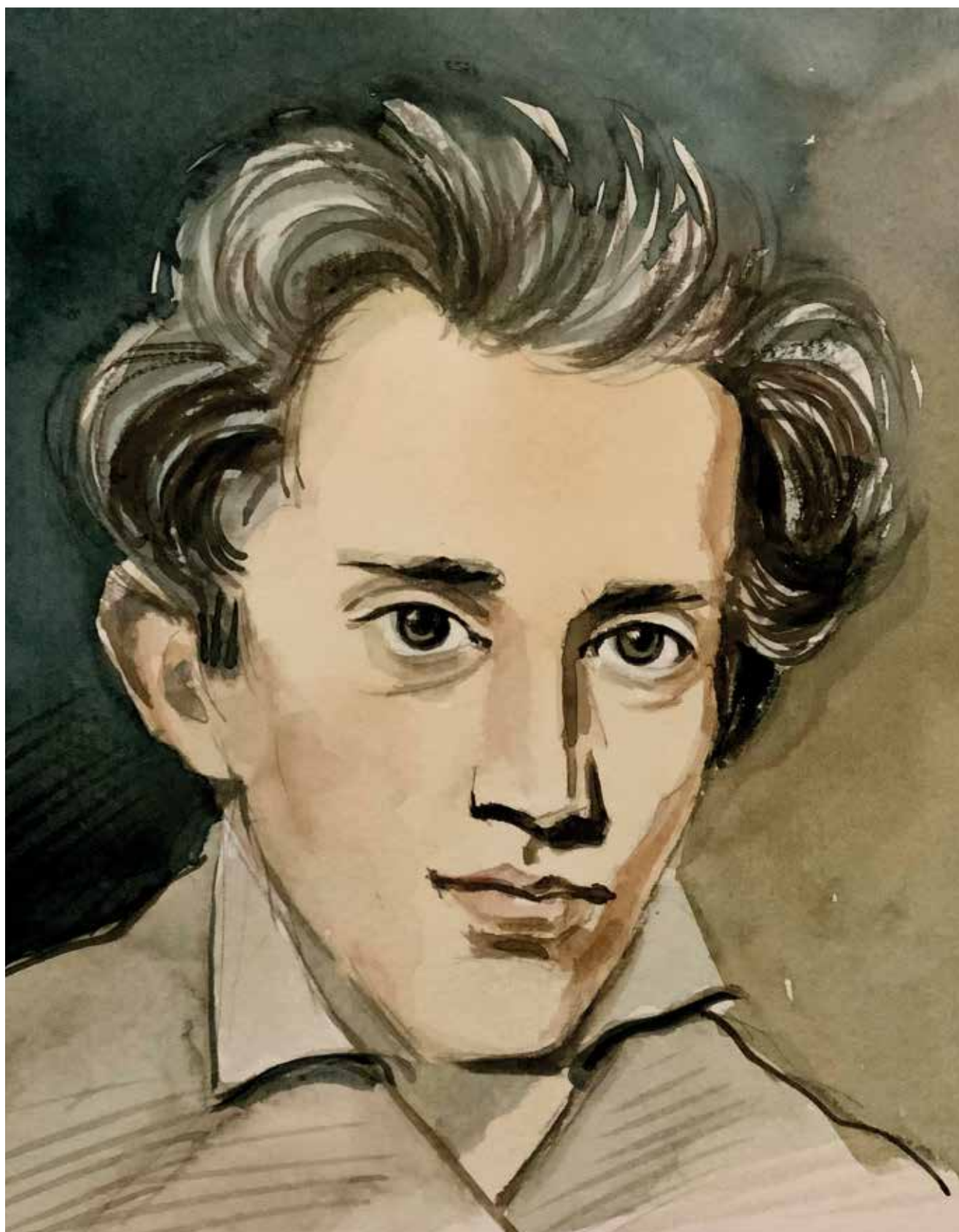
15

Pno.

Ab Gb Ebm Bb

pp *p*

The musical score is for a piano piece titled 'Circo finito!'. It is written in 4/4 time and features a key signature of two flats (Bb and Eb). The score is divided into five systems. The first system, marked 'Lento', begins with a piano (p) dynamic and features a bass line with eighth-note patterns and a treble line with quarter notes. The second system, starting at measure 5, continues the bass line pattern and introduces a Gm chord in the treble. The third system, starting at measure 9, features a more active treble line with eighth-note patterns and a bass line with quarter notes. The fourth system, starting at measure 12, is divided into three sections: 'Andante' (measures 12-13), 'Lento' (measure 14), and 'Andante' (measures 15-16). The dynamics range from mezzo-forte (mf) to piano (p) and forte (f). The fifth system, starting at measure 15, continues the 'Lento' section and ends with a piano (p) dynamic. The score includes various musical notations such as slurs, ties, and dynamic markings.



Søren Aabye Kierkegaard

Kierkegaard e Sócrates

Armando Barreto Marra
Juiz do TjMG

Søren Aabye Kierkegaard foi um filósofo, teólogo, poeta e crítico social dinamarquês, amplamente considerado o primeiro filósofo existencialista. Toda sua obra teve como inspiração o filósofo Sócrates.

Kierkegaard entende Sócrates basicamente como uma figura negativa, absolutamente negativa. Chega à verdade interior ao não aceitar convenções, tradições e nenhuma outra “*verdade imposta*”. Isso é ironia. Ironia, em sua essência, negativa ou destrutiva. Nega e critica vários elementos da ordem estabelecida. Sócrates representa uma ênfase no individual com primazia sobre o mundo objetivo. Ironia consiste em se apresentar como ignorante, apesar de ser sabedor de algo, para levar indivíduos que pensam dominar alguma área do conhecimento a reconhecer sua ignorância.

Ironia é negatividade porque tenta esclarecer negando algo. Alguns teólogos medievais usaram o mesmo método que hoje chamamos de teologia negativa.

Kierkegaard, como o faz Hegel, entende o “*daemon*” de Sócrates – voz interior que, sem interferir no livre arbítrio, orientava sobre o que ou não conveniente fazer –, como parte de sua subjetividade oposta aos valores tradicionais na ética consuetudinária de Atenas. Platão explica o “*daemon*” de Sócrates como entidade puramente negativa, que sempre orientava Sócrates a não fazer certas coisas, mas nunca orientando a fazer algo, como ocorreu durante seu julgamento.

Kierkegaard igualmente concorda com Hegel na conclusão de que a condenação de Sócrates foi o resultado de sua concepção do júri não como um corpo coletivo, ou como representantes do Estado de Atenas, mas como indivíduos. Cada um vota individualmente, o que faz Sócrates reconhecer a importância da subjetividade de cada um. Nesse sentido, Kierkegaard concorda com Hegel ao concluir que a condenação de Sócrates decorreu de sua recusa em aceitar a legitimidade da corte. A subjetividade de Sócrates o separava da sociedade ateniense, que foi construída sobre princípios de comunidade e democracia, e essa posição do filósofo era alarmante para a maioria das pessoas.

De acordo com Kierkegaard, Sócrates introduziu a ironia no mundo. A ironia consistia na essência da existência de Sócrates e, considerando sua pessoa como negatividade pura, constitui tarefa árdua defini-lo porque “*definição*” deve ter um aspecto positivo, para mostrar como ele era visto pelos seus concidadãos. Ele não aceita os deuses impostos pelo Estado. A existência do “*daemon*” destaca Sócrates como uma figura negacionista da ordem estabelecida. Ele se interiorizou desconsiderando a ordem imposta pela sociedade. Ele era um desafio para o senso comum naquela época. Importante

“Ironia consiste em se apresentar como ignorante, apesar de ser sabedor de algo, para levar indivíduos que pensam dominar alguma área do conhecimento a reconhecer sua ignorância.”

“Kierkegaard vê Sócrates como cristão, apesar de ter vivido séculos antes do nascimento de Jesus. Isto porque ele busca a verdade em seu interior, não a imposta de fora, o que ele define como cristianismo puro.”

destacar que a sabedoria de Sócrates é a consciência da negação de todas as coisas finitas. Para Sócrates, na visão de Kierkegaard, a negatividade é o elemento especulativo na ideia, significando a autoridade divina em virtude da qual ele praticava num campo específico.

Importa mencionar o paralelo significativo entre o desespero de Fausto, criação de Goethe, e o estado de “*aporia*” que Sócrates colocava as pessoas através da conversação. “*Aporia*” é um estado de confusão, desespero, consciência da ignorância. Fausto é o símbolo do conhecimento moderno, a busca da inteligência sem Deus, que leva ao desespero, situação análoga à da “*aporia*”.

Kierkegaard vê Sócrates como cristão, apesar de ter vivido séculos antes do nascimento de Jesus. Isto porque ele busca a verdade em seu interior, não a imposta de fora, o que ele define como cristianismo puro. Não uma doutrina imposta do mundo exterior, mas algo que flui do interior do indivíduo. Kierkegaard explica que se formos verdadeiros crentes, então devemos ver o mundo de Deus como sendo algo além do nosso conceito racional de ética. Recusar uma requisição divina, que é o representante do mais alto poder do universo, por razões éticas é um paradoxo. Nós compreendemos a ética como universal, mas no exemplo bíblico de Abraão se prontificando a matar seu filho, ele sinaliza a ideia de deixar de lado a ética universal em favor de seu dever para com Deus e se tornou o cavaleiro da fé.

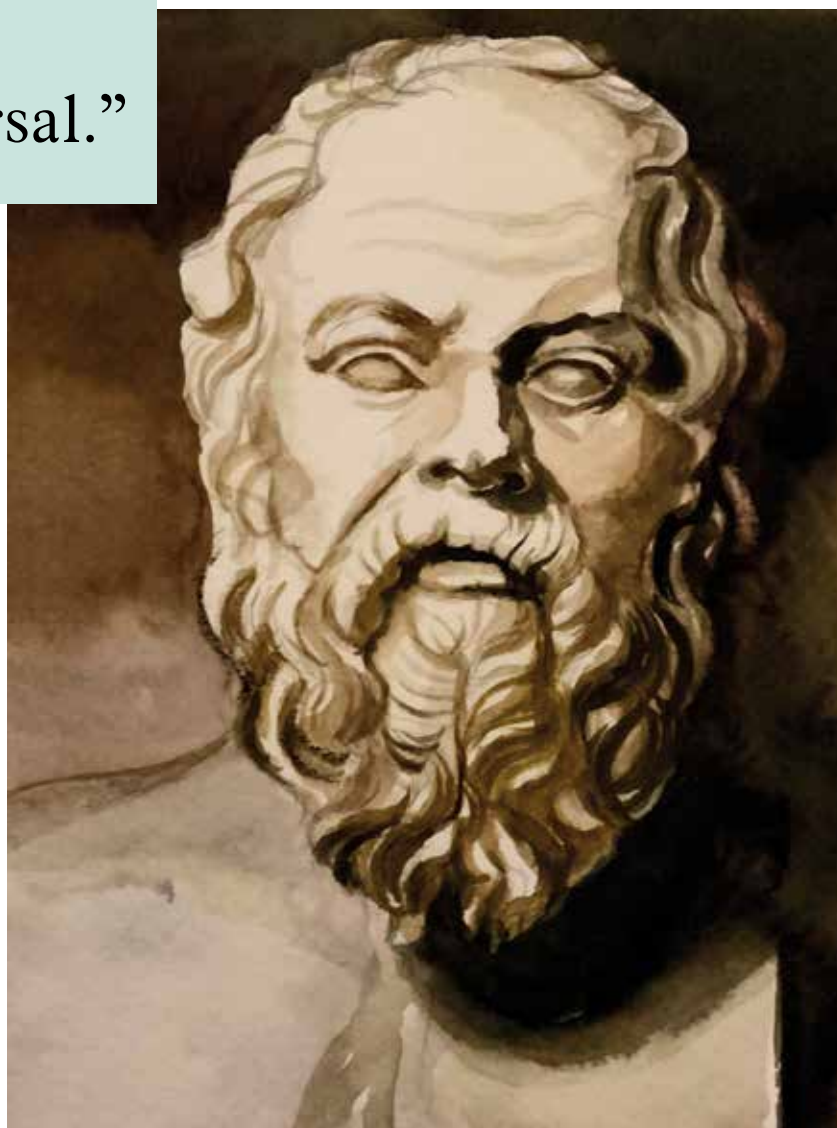
Durante o julgamento de Sócrates, ele não recebe nenhum conselho de seu “*daemon*” para não dizer ou fazer algo, e ele manifesta ironia ao propor que os atenienses provessem comida para ele, não agindo na defesa de sua atuação ética na vida. Seu compromisso com sua subjetividade era mais importante que a corte que o julgava.

Kierkegaard parece pensar que se alguém precisa provar ou raciocinar para acreditar em Deus se está diante de um paradoxo. Para ser um verdadeiro cristão, na visão de Kierkegaard, é constantemente estar considerando seu raciocínio contraposto ao seu relacionamento com Deus. Enquanto a ética pode ser definida numa dimensão universal, Deus a transcende e as escolhas individuais não podem ser ditadas pelo consenso universal.

Sócrates, segundo Kierkegaard, aceita a verdade e a validade da expressão de cada pessoa individualmente, mas se recusa a aceitar a verdade em qualquer coletividade: o Estado, Instituições, Associações, Júri, partido político etc.. Trata-se de uma questão de legitimação. Segundo o filósofo, tais grupos minam as individualidades e reduzem pessoas ao sentido comum. A negatividade, no sentido filosófico socrático, é importante nos dias atuais para se evitar massificação do comportamento, do pensamento e do modo de ser. O que faz uma pessoa única?

Concluindo, Kierkegaard afirma que a missão de Sócrates na vida foi colocar os indivíduos nessa bomba de vácuo dialético, deixando de lado o sentido comum com o qual se encontravam acostumadas. Liberdade e criatividade surgem da subjetividade.

“Enquanto a ética pode ser definida numa dimensão universal, Deus a transcende e as escolhas individuais não podem ser ditadas pelo consenso universal.”

*Sócrates*



Uma comarca tricentenária e o seu legado

Armando Freire
Desembargador do TJMG

Este é um trabalho despretensioso, uma modesta homenagem de um filho da terra em meio às celebrações de um momento com tamanha magnitude. São registros sem pretensões de esgotamento histórico. Lembranças que se afluam dos tempos vividos, profissionalmente, ligados à Comarca do Serro, num curto período desses memoráveis 300 anos.

Prefaciando a majestosa obra *Comarcas de Minas – 1711/2014*, da Memória do Judiciário Mineiro (MEJUD), o desembargador Lúcio Urbano Silva Martins, seu Superintendente, abrindo as cortinas do palco por onde faria desfilar a história geopolítica e judiciária de Minas Gerais, desde a criação das primeiras comarcas, consignou que “*Sem qualquer negrejo de dúvida, expressiva se mostra a história judiciária, que acompanha par e passo a belíssima história mineira*”. E acrescentou: “*Sem enlço de qualquer dúvida, Minas se alteia no conceito da história pátria*”. Induvidosamente, a Comarca do Serro muito contribuiu para a grandeza da história mineira, tendo agregado, ao longo desses 300 anos, a sua própria história, um legado profícuo de tantos quantos por ela passaram, desde o século XVIII até os dias atuais: juizes, membros do Ministério Público, da advocacia, serventuários, enfim, uma gama de autênticos e valorosos operadores do Direito.

Uma comarca que abrangia um vasto território no limiar da implantação da divisão judiciária no território das Minas Gerais, dividindo com as comarcas de Villa Rica, Rio das Mortes (São João del-Rei) e Rio das Velhas (Sabará) a administração da justiça.

Disponemos de um manancial expressivo de informações sobre as primeiras comarcas mineiras. A obra retro referida, concebida de um trabalho hercúleo da Memória do Judiciário Mineiro-MEJUD, *Comarcas de Minas*, em três volumes, assoma-se entre as mais completas obras já editadas sobre a história judiciária das Minas Gerais. Rica em dados e recheada de informações detalhadas sobre tudo quanto aconteceu, desde os idos de 1711 até a edição da obra, em 2014, na amplitude de um território que estava sendo formatado, inclusive em nível da nacionalidade, para a implantação, como dito alhures, da divisão geopolítica e judiciária numa efervescente e conturbada região minerária.

Volto a dizer, este não é um trabalho com pretensões de esgotar toda a história tricentenária da comarca, visto que outros mais autorizados, certamente, irão fazê-lo. Alguns registros apenas, incursões despretensiosas, uma reflexão, uma ponte entre o passado e o futuro com a vivência de alguns anos na composição desses 300.

Mas, ainda assim, não há como fugir da história.

Vejamos que, no ano de 1914, quando da comemoração do bicentenário de criação da antiga Vila do Príncipe, em meio às celebrações da época, o professor Alcebíades Nunes, no histórico documento intitulado “*A Terra Serrana*”, deixou-nos o seguinte registro:

[...] Foi nesse reinado (D. João V) que, em 29 de janeiro de 1714, D. Braz Balthasar da Silveira, 2º governador da capitania de S. Paulo e Minas, erigiu em villas as povoações de Caeté, do Principe (Serro) e de Pitangui, e pouco tempo depois dividiu o imenso território das Minas Gerais em 4 comarcas, com os nomes de Villa Rica, Rio das Mortes, Sabará e Serro Frio, denominações que lembram, diz o citado Macedo, assim como as de outras villas e povoações, riquíssimos solos auríferos, onde a exploração e a justificável cobiça foram levantando, com electrico ardor, povoados lisonjeiros de brilhante, mas precário futuro opulento, pois que por manancial de opulência tinham as minas de ouro, que não podiam ser inexgotáveis.

E prosseguiu o ilustre professor serrano:

A elevação do Serro à villa, precedida tão proximamente da criação da capitania independente de S. Paulo e Minas (1709), foi seguida muito proximamente da elevação de Minas à capitania independente da de S. Paulo (1720) [...] E assim o Serro, uma das 4 grandes comarcas de Minas a que linhas acima nos referimos, tem enorme importância histórica, tem as mais ricas tradições, tem a mais bela legenda, tem o mais fértil dos passados.

E arremata, de forma categórica:

O Serro era, então, como o foi até data muito posterior, o centro político, administrativo e judiciário da vasta zona norte-mineira, hoje composta de muitos e grandes municípios dele desmembrados sucessivamente (registros oficiais em comemoração ao Bicentenário do Serro - 1714-1914).

O citado Alcibiades Nunes foi professor e diretor da Escola Normal Municipal, advogado, provisionado pela Relação de Minas. Foi redator de *O Serro* e, posteriormente, *A Voz do Serro*. Vale registrar a ironia: no mesmo ano em que o Serro comemorava seu passado bicentenário, Diamantina inaugurava sua estação ferroviária e festejava o progresso que chegava pelos trilhos e nos vagões do trem.

Fechado o ciclo de mais um século de existência da comarca, é de se dizer que os registros mais recentes são outros, frutos de um ritmo avassalador do progresso, das

descobertas e conquistas científicas, do desenvolvimento das grandes metrópoles, dos movimentos político-sociais, das disputas pelo poderio nuclear entre as grandes potências, do advento da era digital, da internet e a revolução nos campos da comunicação e dos costumes, etc.

Os que somos da geração de “*cinquenta*” passamos por alguns desses ciclos quase que sem perceber. Vivemos um pós-guerra de reconstrução da humanidade, reconquista dos anos sofridos e perdidos com a 2ª Grande Guerra. Passamos pelos anos 60, revolucionários em termos comportamentais, a onda avassaladora dos Beatles e a rebeldia dos hippies, as contestações, a liberação das drogas, a luta contra o preconceito racial, contra o imperialismo, contra a intervenção no Vietnã. Vimos o deflagrar da corrida nuclear, a “*conquista*” da lua, e acompanhamos apreensivos cada lance da denominada “*guerra fria*”. No plano doméstico, a conturbada vida política dos anos 50 e 60, a criação de Brasília, os anos amargos da ditadura militar, a reconquista democrática, a constituinte e a promulgação da *Carta Magna* de 1988.

Vivenciamos tudo isso. Certamente, cada um de nós tem a sua história no âmbito de todos esses episódios. A história de cada um é a mais importante, com os sabores e os dissabores de sua repercussão ao longo da nossa caminhada.

Nesses últimos cinquenta anos da nossa festejada comarca, eu também construí a minha história. Contida, é verdade, na sua modéstia, mas é a minha história, passagens da minha existência no correr de alguns anos, parte deles vividos em três municípios da antiga Comarca do Serro Frio: Serro, Conceição do Mato Dentro e Diamantina.

Vamos lá.

Em dezembro de 1974, eu coleí grau pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais. Naquela época, funcionário público concursado, não pensei duas vezes, diploma debaixo do braço, exonerei-me e fui exercer a advocacia na minha querida Serro, retornando, assim, à casa *mater* após nove anos de estudos na capital mineira.

Cheguei ao Serro em fevereiro de 1975 e me instalei em um pequeno e modesto escritório, preparado com muito carinho e cuidado pelos meus pais, na Rua Fernando Vasconcelos. Naquela época, era Juiz de Direito da comarca o Dr. Armando Pinheiro Lago, o Promotor de Justiça era o Dr. Teodoro Batista Goulart. Eram advogados militantes na Comarca, residentes e estabelecidos na sede, o Dr. Wilson Ursine e o Dr. José da Silva Baracho, experientes e competentes profissionais dos quais eu recebi um apoio inestimável no início da minha vida profissional, em meio a tantas incertezas e natural insegurança. O mesmo devo dizer do Dr. Armando Pinheiro Lago, circunspecto, sempre atencioso, receptivo e que muito me incentivou a ingressar na magistratura, como acabou se consumando seis anos adiante. O Dr. Armando Pinheiro Lago tornou-se desembargador do TJMG, tendo antes integrado o extinto Tribunal de Alçada de Minas Gerais. Eram servidores à época o Sr. João Bosco de Moura e Silva e Terezinha Marly de Miranda (Cartório do 1º Ofício), Marino de Oliveira Coelho (Cartório Criminal/Execuções Fiscais/2º Ofício e Eleitoral), Sr. Pedro Souza de Oliveira (Partidor/Distribuidor e Tesoureiro), os Oficiais de Justiça José Arcanjo (Nonô), Francisco de Araújo Costa, José Zacarias dos Santos, José Lucas de Santa Fé e Délcio de Fátima Santos. O Dr. José

“Havia um ambiente de muita camaradagem entre os que militavam no Fórum.”

Martinho Nunes Coelho, que foi Promotor de Justiça e Juiz de Direito, hoje aposentado, dava os primeiros passos na vida forense, auxiliando o seu pai no Cartório Criminal.

O Fórum funcionava no imponente prédio da Prefeitura Municipal, na Praça Dr. João Pinheiro, região central da cidade. Não advoguei por muito tempo. Foram apenas quatro anos. Em agosto de 1978, já casado e definitivamente decidido a me preparar para o concurso da magistratura, retornei a Belo Horizonte, tendo tido uma passagem muito rápida por Patos de Minas, coisa de três meses apenas.

Mas, voltando ao Serro, lembro-me de que, naquela época, era bem tranquila a atividade profissional na comarca. Havia um ambiente de muita camaradagem entre os que militavam no Fórum. Curiosamente, cheguei a atuar algumas vezes como Promotor *ad hoc*, o que era permitido naquele tempo, logo em seguida à aposentadoria do Dr. Goulart. Como promotor *ad hoc*, atuei em quatro julgamentos pelo Tribunal do Júri. Vale o registro de que, filho do Serro, tive a ventura de servir à comarca, atuando como advogado, como promotor de Justiça e, de último, como magistrado. Sim, nos anos de 1983/84, como titular da Comarca de Conceição do Mato Dentro, eu respondi pela Comarca do Serro, como seu substituto imediato.

Retrocedendo um pouco mais, recordo-me de que, quando colegial, nos anos 1960, tive uma convivência mais próxima com a família do então Juiz de Direito da comarca, o Dr. Antônio Pereira de Souza. Um dos seus filhos era nosso colega no ginásio Ministro Edmundo Lins e meu companheiro nos jogos de futebol pelo glorioso Spartak. O Dr. Antônio era um aficionado do esporte, especialmente o futebol, flamenguista “*doente*”. Lembro-me dele como uma pessoa afável, integrado à vida local, sempre de terno, passos vagarosos, subindo e descendo a Rua Fernando de Vasconcelos, uma pasta debaixo do braço. Não me lembro de outros antes dele. Sabia, sim, que o “*Dr. Paulo Viana*” também era Juiz de Direito porque estava sempre por lá, não era serrano, mas casado com a Dona Neuza Miranda, de tradicional família serrana. O Dr. Paulo Viana Gonçalves, nos anos 50 e 60, foi Juiz de Direito das comarcas de Dom Joaquim (já extinta), Rio Vermelho e Diamantina, tornando-se, mais tarde, Juiz do extinto Tribunal

de Alçada de Minas Gerais e Desembargador do TJMG, tendo sido, inclusive, Corregedor-Geral de Justiça de Minas Gerais. O meu pai, que era um exímio contador de histórias, falou-me muitas vezes do Dr. César Silveira, casado com uma serrana, para ele exemplo de magistrado, competente, austero, muito respeitado. Não conheci pessoalmente o Dr. César Silveira, que também se tornou Desembargador do Tribunal de Justiça de Minas Gerais no período de 22/9/1965 a 22/3/1977. Foi Vice-Presidente e Corregedor do Tribunal Regional Eleitoral. Do meu pai ouvi histórias de alguns outros, Juizes e Promotores de Justiça, que passaram pela Comarca em tempos mais remotos. Por exemplo, de um Juiz que tinha o hábito de descer ao quintal do Fórum para chupar jabuticaba, enquanto corria o julgamento no Tribunal do Júri, no espaço de tempo reservado aos debates entre a acusação e a defesa do réu. Contou-me histórias do Dr. Alvim Jacob Saad, Promotor de Justiça da comarca nos anos 40, de quem se tornou amigo. O Dr. Alvim foi um dos fundadores do Ginásio “*Ministro Edmundo Lins*”. Conheci o Dr. Alvim, pessoalmente, quando fui à sua residência, em Belo Horizonte, entregar-lhe o convite da minha formatura no curso de Direito, por recomendação expressa do meu pai.

“Os elos entre
Serro e Mariana
foram forjados,
também, num
gesto memorável
de cidadãos
independentes
que conheciam e
tinham a dimensão
exata da justiça e da
liberdade.”

Mais recentemente, tive conhecimento de que o primeiro Juiz togado da Comarca do Serro formado no Brasil foi o Dr. Antônio Gomes Cândido, natural de Mariana, avô de Emilia Gentil Gomes Cândido, que era esposa de Nelson de Sena, serrano ilustre e um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. O livro *No tempo do Pai*, de autoria do jornalista marianense Maurílio Camêllo, contempla preciosas informações a esse respeito. Segundo o memorialista, o Dr. Antônio se formou na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, no ano de 1836, tendo antes, com o seu irmão Francisco de Paula, estudado no Seminário de Mariana, ali matriculados no ano de 1817. O Dr. Antônio tornou-se Juiz de Direito e o seu irmão Francisco de Paula se formou em medicina, em Paris. Especificamente, sobre a passagem do Dr. Antônio pela Comarca do Serro, retomo o registro do admirável memorialista mineiro, hoje radicado em São Paulo:

O relato de Nelson de Sena, acima referido, dá conta de que o Dr. Antônio Gomes Cândido foi ainda juiz no Serro (Jequitinhonha) e Pouso Alegre. Há um documento dele, datado de 6 de outubro de 1847, em que comunica ao Presidente Quintiliano José da Silva que assumiu a jurisdição de juiz de direito da Comarca de Sapucaia, residindo, então, em Caldas. Mas foi por pouco tempo. Porque, no ano seguinte, vai para o Rio, nomeado Chefe de Polícia da Corte.

A atividade judicante do Dr. Antônio Gomes Cândido se deu, basicamente, na antiga Comarca do Rio das Velhas. A obra reportada do escritor Maurílio Camêllo relata alguns fatos da rica experiência de magistrado desse marianense que abriu, na Comarca do Serro, caminhos para os que o sucederam e contribuíram para a realidade histórica da comarca. Faleceu na cidade do Rio de Janeiro aos 18 de março de 1850, com a idade de 48 anos, vítima da febre amarela. Foi Deputado Geral por Minas por três legislaturas, filiado ao Partido Conservador.

E por falar em Mariana, foi lá que o serrano Theófilo Benedito Ottoni, o destemido líder da Revolução Liberal, tendo sido rendido e preso em Santa Luzia, em 1842, foi absolvido por unanimidade, num julgamento histórico cercado de fatos memoráveis. Consta que o réu foi recebido pelos jurados que se puseram de pé. Ele próprio fez a sua defesa. O Presidente do Conselho do Júri, José Mariana Pinto Monteiro, fez-lhe a entrega da caneta com a qual foi assinada a absolvição, com a recomendação de que fosse passada às mãos de sua esposa Carlota Amélia de Azevedo. Esses registros eu os obtive de anotações deixadas pelo ilustre e culto advogado marianense, Dr. Roque Camêllo, de saudosa memória, que nos foram cedidos, gentilmente, pela sua viúva Merania Aparecida de Oliveira. De se ver que os elos entre Serro e Mariana foram forjados, também, num gesto memorável de cidadãos independentes que conheciam e tinham a dimensão exata da justiça e da liberdade. É de se dizer, Theófilo Benedito Ottoni não podia ter recebido esse veredicto em outra terra que não Mariana.

“Hoje tantas e
tamanhas mudanças
nos obrigam a sair
de uma zona de
conforto, buscar
informações,
atualizações
sucessivas, uma
interconexão que
elimina distâncias.”

Serro e Mariana, duas comarcas carregadas de tradições, berços de figuras ilustres que escreveram páginas gloriosas da história de Minas e do Brasil.

Novos tempos. Um olhar para o futuro.

Entre a minha chegada ao Serro no ano de 1975 até os dias de hoje, com o lastro de uma curta vivência na advocacia e 39 anos vividos na magistratura, quanta coisa mudou! Era antes um mundo analógico, funcionando “na batida da máquina”, como se expressou o meu saudoso Geraldo Azevedo Freire, no seu livro *Caminhos da Memória*. Um tempo em que tudo dependia de deslocamentos para vencer distâncias físicas e geográficas. Funcionava o telefone, de forma precária. O correio ainda encurtava as distâncias, jornais, cartas, telegramas. Desde o ano de 1981, quando eu ingressei na magistratura, muita coisa mudou, naturalmente. A velha *Remington* é hoje peça decorativa. A minha é uma preciosidade, lembrança insuperável de alguém que, pacientemente, mais do que me ensinar a dedilhar “a, s, d, f, g - ç, l, k, j, h”, ensinou-me que os dedos das mãos reproduzem no dedilhar das teclas a voz do coração. Nunca me esqueço de

que os meus dedos, nesse compasso da modernidade, são a expressão do meu coração. É por isso que fico pensando, até que ponto os avanços da tecnologia podem interferir na vida do magistrado, em tempos de tantos desafios no plano da adaptação a ininterruptas novidades. Hoje tantas e tamanhas mudanças nos obrigam a sair de uma zona de conforto, buscar informações, atualizações sucessivas, uma interconexão que elimina distâncias. Não há mais, por assim dizer, o isolamento do magistrado, como antes havia. Não há como desconhecer a influência do desenvolvimento tecnológico no Direito, com repercussão, é claro, sobre a atividade judicante. Foi exatamente sobre isso e sob essa perspectiva que os advogados e mestres Flávio Quinaud Pedron, André Reale e Cleidineia Ramalho escreveram “Uma análise sobre a influência do desenvolvimento tecnológico no Direito”, que, na sua introdução, assim se apresenta:

As pesquisas realizadas labutaram em reiterar que o sistema judiciário e seu modus operandi, tal como o arcabouço jurídico brasileiro, são demasiadamente retrógrados para servir, eficientemente, à sociedade moderna (Revista Consultor Jurídico - CONJUR, de 29/3/19).

Os articulistas tecem interessantes considerações sobre o desenvolvimento tecnológico e sua influência positiva para a vida humana, notadamente no campo do Direito, em que, para alguns estudiosos, “a introdução de novas tecnologias no meio jurídico fomentará a substituição de advogados e juízes por máquinas, que seriam mais eficientes, assertivas e rápidas (tanto para fazer petições iniciais quanto formular defesas ou tomar decisões), tudo embasado em softwares que buscariam no arcabouço jurídico normas, doutrinas e jurisprudência”. Confesso que já havia pensado sobre essa possibilidade, mas a exposição como feita pelos experts me deixou mais apreensivo. Seria isso inevitável? Apaziguou-me, contudo, prosseguir na leitura do artigo porque, mais adiante, os autores assim se posicionam:

A falha da supracitada suposição deve-se ao fato de o referido ponto de vista ignorar fatores e características importantes de um ser humano. Uma máquina ou um programa computacional não possuem capacidade de trabalhar casuisticamente (trabalhariam somente teses padronizadas e programadas), assim como são incapazes de colocar emoções nas acusações ou defesas, e muito menos podem interagir com o cliente e com todas as variáveis de cada situação. Existem muitas características exclusivamente humanas que são essenciais para as profissões e jamais poderão ser alcançadas por softwares.

No âmbito da atividade judicante, frente a essa “modernidade líquida”, termo criado pelo filósofo polonês, Zygmunt Bauman, para definir o mundo de hoje movido à velocidade e fluidez, decidir sobre gestos e ações humanas não pode ser resultado de um simples cruzamento, objetivo e frio, de algoritmos armazenados na nuvem. Pode até ser que se alcance a imparcialidade pretendida, mas e a dimensão humana da justiça como ficaria? Não seria o ato de julgar um ato eminentemente humano?

Fiz o registro preambular de que este é um trabalho despretensioso, um ato de amor e reverência ao berço natal nesse tempo de celebrações. O tema reportado *an passant* é palpitante e favorece outras e muitas incursões que não cabem, a nosso aviso, no contexto do momento.

Sob a inspiração do passado, vislumbrando o futuro, diríamos que a nossa tricentenária comarca há de continuar dadivosa como sempre foi, presença marcante na história do Poder Judiciário mineiro.

Mercê de Deus, aqueles que nos sucederem ao término de outros tantos anos, quiçá mais um século, saberão celebrar com a mesma altivez e orgulho a Comarca do Serro, assim como o fazemos nesta oportunidade.

Referências

- . ÁLBUM comemorativo do Bicentenário do Serro - 1714-1914.
- . BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário Histórico - Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte - Rio de Janeiro: Editora Itatiaia Ltda., 1995.
- . CAMÊLLO, Roque. *Mariana - Assim nasceram as Minas Gerais: uma visão panorâmica da História*. Editora Nitro, 2016.
- . CAMÊLLO, Maurílio. *No tempo do Pai*. 2. ed. Belo Horizonte: Cuatiara, 1992.
- . FREIRE, Geraldo Azevedo. *Caminhos da memória*. Mazza edições, 1997.
- . PEDRON, Flávio Quinaud; REALE, André; RAMALHO, Cleidinéia. *Uma análise sobre a influência do desenvolvimento tecnológico no Direito*. Revista Consultor Jurídico, 29 mar. 2019.
- . TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS. *Memória do Judiciário Mineiro - MEJUD. Comarcas de Minas - 1711/2014*. Belo Horizonte, 2016.
- . TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS. Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes. *Constituição do Brasil 30 anos - 1988-2018*. Belo Horizonte, 2019.





As marcas do Ivituruí

Rogério Medeiros Garcia de Lima

Desembargador do TJMG

No final do século XVII, ao se iniciar o declínio do ciclo da cana-de-açúcar, foram descobertos os primeiros veios de ouro em Minas Gerais.

O centro econômico da antiga Colônia portuguesa foi deslocado do Nordeste para essas plagas mineiras. No lugar dos antigos engenhos, com suas casas-grandes e senzalas, surgiram e prosperaram centros urbanos (FREYRE, 1983; GARCIA DE LIMA, 2014, p. 93-115; SURUAGY; WANDERLEY FILHO, 2000). Dentre eles, o velho Distrito do Serro do Frio, depois Vila do Príncipe e Serro.

Em 1702, os bandeirantes Antônio Soares Ferreira e João Soares – pai e filho – fundaram dois arraiais contíguos: o de Baixo, que segue o Ribeirão do Lucas; e o de Cima, em direção ao Córrego dos Quatro Vinténs (SILVA, 2019).

Nesse local, surgiu o Distrito do Serro do Frio, onde ocorreria o descobrimento dos diamantes:

Foi dos de mais antigo e intenso povoamento. Ponto localizado no caminho da grande Bandeira de Fernão Dias em busca das esmeraldas, Lucas de Freitas tendo ali descoberto ricas lavras de ouro nas fragosas paragens do Ivituruí ou ‘Serro do Frio’, logo acorreram outros moradores, desenvolvendo-se rapidamente esse povoado, que, em 29 de janeiro de 1714, teria a categoria de vila, com a denominação de Vila do Príncipe (LIMA JÚNIOR, 1978, p. 55).

Ivituruí: região inóspita

Os índios botocudos eram os habitantes primitivos da região, a qual denominavam “Ivituruí”: “serra dos ventos frios” (SILVA, 2019).

Aquela região, no alto Jequitinhonha, é praticamente inexpugnável (MAIA et al, 1979, p. 8).

Descreveu Augusto de Lima Júnior:

Se quase toda a região mineira é de grandes montanhas e vales profundos, essa do Ivituruí assombra pela selvageria dura de seus penhascos, pelo aspecto hostil de seus pedregosos montes, pelo alcantilado dos seus picos, que se erguem de espaço nas intermináveis serranias, e pela frigidez úmida do clima, açoitado de ventos violentíssimos, capazes de derrubarem homens e alimárias nas gargantas da serra e de tonteá-los pela impenetrabilidade de seus nevoeiros de densidade inaudita.

Tudo era feroz e contrário à penetração humana nessas terras misteriosas e sinistras. Onças famintas e agressivas, de uma audácia que se não encontrara em outra parte, escreveram os antigos; serpentes venenosas que precipitavam sobre o viajante, envolvendo-o e ferindo-o com alucinante agilidade; grandes cobras de ‘vinte e mais braços’ vivendo nas lagoas e

curiosos de água, saindo deles para atacarem o homem ao ouvir-lhe a voz ou os passos; insetos de picada mortal; tudo isso e mais outras coisas ferozes montavam guarda a riquezas espantosas que transformaram a face da terra. Pois nada impediu que, em escassos anos, terra tão brava se povoasse, tanta força tem a ambição do ouro e a cobiça da riqueza, quando se apossam do coração dos homens (LIMA JÚNIOR, 1978, p. 55).

A cidade histórica

O Município do Serro foi criado por Lei Provincial, em 6 de março de 1838. Em 8 de abril de 1938, a cidade foi tombada como patrimônio histórico nacional. É conhecida como a “Terra do Queijo” e constitui um dos principais polos turísticos do Estado:

Suas igrejas, o casario colonial, cachoeiras, montanhas e um povo com imensa hospitalidade são seus maiores atrativos.

Com todo esse legado histórico, um dos principais desafios do município é conciliar o movimento turístico com a calma e a tranquilidade que caracterizam a região. [...]

Considerada uma das cidades coloniais mais importantes de Minas, Serro é terra de personagens ilustres. [...]

As igrejas ricamente ornamentadas e os antigos casarões coloniais bem preservados guardam parte dessa bela história, construída em mais de três séculos.

As tradições folclóricas, as festas religiosas, os atrativos naturais, sua peculiar hospitalidade e a saborosa gastronomia, que tem o queijo como carro chefe, são o orgulho de seus moradores (SILVA, 2019).

É berço de gente ilustre:

O saudoso professor Alberto Deodato, que era mineiro de Sergipe, escreveu que serranos não são apenas os filhos da cidade do Serro. ‘É toda criatura que nasceu por aqueles nordestes ou beira a serra do Cipó’. E explica-se: ‘Porque raros são os mineiros da região que não têm o umbigo ou o dente de leite enterrado naqueles quintais. Não podia ser de outra maneira. Os pioneiros da civilização do diamante saíram dali, antigo arraial do Ribeirão, garimpavam montanhas, vararam cerrados e foram esbarrar no arraial do Tejuco. São três séculos de História. Não é só. Esse famoso Arraial da Vila do Príncipe, esse Serro Frio, evoca nomes que ilustram a Nação. Ali nasceu o grande intendente Câmara, que lançou as sementes da siderurgia mineira, no Morro do Pilar, o primeiro alto-forno da América Latina. Ninguém mais ilustrou, nesta pátria, as letras jurídicas que os serranos Pedro Lessa e Edmundo Lins. Ninguém foi mais bravo na luta que Gomes Carneiro. Nem mais amor teve à liberdade que Teófilo

Otoni. *Nem maior concepção deu ao estudo da História que Joaquim Felício dos Santos. Nem maior republicano que João Pinheiro. Todos eles tiveram no berço, pela manhã, a poeira de ouro de céu serrano* (MAIA et al, 1979, p. 13).

Afonso Arinos de Mello Franco registrou um depoimento emocionado:

O Serro, antiga Vila do Príncipe, simboliza a convergência dos valores históricos, culturais e cívicos de Minas Gerais. Civicamente, o Serro participa da Inconfidência por alguns filhos ilustres, e, ainda no século XVIII, assistimos ao protesto liberal documentado na pintura-panfleto do teto de uma das igrejas serranas, pintura na qual vemos duas figuras sans-culottes da Revolução Francesa, despregando o Cristo da cruz, enquanto, acovardados conformistas se escondem no mato. E é terra de Teófilo Otoni, o 'Ministro do Povo' [...] De minha parte, nunca esquecerei a viagem ao Serro, que fizemos meu primo Rodrigo e eu, e de como saímos de lá enriquecidos em nosso amor por Minas, em nosso respeito pelo passado brasileiro (MIRANDA, 2007, p. 25).

A comarca

Ainda no século XVII, chegaram os primeiros colonizadores à região das minas, em busca de ouro e pedras preciosas. Até o início do século seguinte, a área integrava a Capitania do Rio de Janeiro.

Nos albores do século XVIII, eclodiu a Guerra dos Emboabas, opondo os paulistas, descobridores das minas, aos emboabas, grupo formado por portugueses, baianos e pernambucanos, também chamados de reinóis e forasteiros, que chegaram em massa à região.

Em 1709, após o conflito, foi estabelecida a Capitania de São Paulo e Minas do Ouro. Em 1711, foram criadas as primeiras vilas do ouro: Mariana, em 8 de abril; Ouro Preto, ex-Vila Rica, em 8 de julho; e Sabará, antiga Vila Real de Nossa Senhora da Conceição de Sabará, em 17 de julho.

Em 6 de abril, foram instituídas as primeiras comarcas na Capitania: Rio das Mortes, Vila Rica e Rio das Velhas. Em 1720, instituiu-se a Comarca do Serro Frio, com sede na Vila do Príncipe, atual Serro.

Grosso modo, o território mineiro ficou dividido em quatro partes:

Portugal ainda não tinha controle sobre a região das minas, o rei se preocupava apenas com a cobrança do 'quinto' – taxa de até 20% sobre a extração de ouro – e sertões adentro imperavam desmandos, conflitos e distanciamento das leis e da ordem. Assim era Minas Gerais no início do século 18. Mas em 1711, a história começou a mudar com a criação das primeiras vilas e, três anos depois, chegavam mais avanços, com a instituição das comarcas pioneiras do Rio das Velhas, cuja sede ficava na Vila Real de Nossa Senhora da Conceição de Sabará, atual Sabará; Vila Rica, hoje Ouro Preto; e Rio das Mortes, com sede na Vila de São João del-Rei (WERNECK, 2014).

“O Serro, antiga Vila do Príncipe, simboliza a convergência dos valores históricos, culturais e cívicos de Minas Gerais.”

No correr dos anos, encolheu o âmbito jurisdicional da vetusta comarca:

Se cresceu com o tempo a área urbana do Serro, diminuiu muito a jurisdição da comarca, que, sendo das mais antigas de Minas, era também das maiores, senão a maior de Minas Gerais. As demarcações e as subdivisões ocorridas são numerosas e sucessivas. Bastaria recordar que houve tempo em que ao Serro do Frio, à sua comarca, pertenciam Bocaiúva, Diamantina, São Francisco, Montes Claros, Rio Pardo, Grão-Mogol, Minas Novas, Salinas, Tremedal, Teófilo Otoni, São João Batista, Peçanha, Guanhães, Araçuaí, Ferros, Conceição do Serro e Januária. Vê-se assim que tinha razão Saint-Hilaire de dar ao Serro a denominação de Capital do Norte de Minas (MAIA et al, 1979, p. 16).

Jurisdição incipiente

Naqueles idos do século XVIII, ainda não se afirmara o princípio da separação dos poderes. Eram mescladas as funções atribuídas aos magistrados da colônia. Transplantava-se para a América o modelo administrativo e político da metrópole:

(O juiz) é o bacharel que vem (ou volta) de Coimbra com a preeminência que tinha no reino, a jurisdição transpondo os limites do foro para abranger a ordem do governo municipal e a paz dos negócios, encarnação da lei comum, que traz consigo, nos cartapácios temíveis das 'Ordenações' (CALMON, 159, p. 892-893).

Kenneth Maxwell relatou os atritos entre o governador das Minas Gerais, Luís da Cunha Meneses, e o ouvidor (juiz) de Vila Rica, Tomás Antônio Gonzaga:

O novo governador não poderia contrastar mais com seu antecessor. Luís da Cunha Menezes era um homem de 'estilo duro', porém cercava-se de cortesãos servís e parasitas. Era um homem que concebia suas prerrogativas como supremas e não admitia oposição a seus caprichos e autoridade, ou de seus favoritos (FERREIRA, 1982, p. 12).

Pedro Doria acrescentou:

Para um pombalino cartesiano como Gonzaga, que acreditava na estrutura de governo desenvolvida pelo Marquês (de Pombal) e que prezava por rigor formal, Cunha Menezes era o pior tipo de administrador. Irracional. Um déspota movido apenas por seus desejos. Sem seguir regras. O iluminista Gonzaga

“Tendo o governo reconhecido que a extração de diamantes por arrendadores era frequentemente acompanhada por fraudes e abusos, resolveu a explorar por sua própria conta as terras diamantinas.”

tinha horror a esse tipo por filosofia, por princípio, por jeito de ver o mundo. A situação só era piorada pelo fato de o déspota passar por cima das decisões do ouvidor sistematicamente. Ignorava-o. [...]

Quando um fazendeiro rico e contrabandista conhecido, chamado Basílio de Brito, foi preso e encaminhado para Vila Rica, Cunha Menezes deu ordens para soltá-lo. Tampouco tinha autoridade legal para isso. E o comando de prisão partira de Gonzaga. Autoritário, o governador passava por cima do ouvidor sem pudores (DORIA, 2014, p. 71, 72 e 85).

O Distrito Diamantino

Com a descoberta dos diamantes, o governo criou o Distrito Diamantino. A área ficava excluída da jurisdição da Comarca do Serro Frio. Anotou Saint-Hilaire:

Tendo o governo reconhecido que a extração de diamantes por arrendadores era frequentemente acompanhada por fraudes e abusos, resolveu a explorar por sua própria conta as terras diamantinas. Novos regulamentos foram elaborados; Pombal era então ministro; esses regulamentos, diz Southey, traziam a marca do seu caráter. O Distrito dos Diamantes ficou como que isolado do resto do Universo; situado em um país governado por um poder absoluto, esse distrito foi submetido a um despotismo ainda mais absoluto; os laços sociais foram rompidos ou pelo menos enfraquecidos; tudo foi sacrificado ao desejo de assegurar à coroa a propriedade exclusiva dos diamantes.

O excessivo rigor dos regulamentos fê-los cair em desuso. Posso citar, por exemplo, aqueles que determinavam limites estreitos à população do Distrito e que limitavam o número de comerciantes; o que condenava ao confisco ou às galés um negro encontrado com um almocrafe e uma escudela; enfim aquele que proibia a abertura das fundações de uma casa sem que os trabalhos fossem testemunhados por um oficial de justiça e três feitores. [...]

O principal administrador do Distrito é o intendente dos diamantes, que reúne a esse título o de intendente geral das minas, criado por Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá.

O poder do intendente é quase absoluto. Ele regulamenta à vontade tudo o que concerne ao trabalho das minas de diamantes, substitui ou suspende empregados, permite ou impede a entrada no Distrito (os próprios governadores da Província não podem entrar no Distrito sem sua permissão), toma as medidas que julga convenientes para impedir o contrabando, dispõe da força militar etc. a autoridade do intendente não se limita apenas ao que diz respeito aos diamantes; é ainda o encarregado do policiamento do seu distrito; é ao mesmo tempo administrador e juiz, e é preciso que para esta última qualidade tenha ele estudado jurisprudência. Nas causas de valor inferior a 100\$000 ele pode pronunciar suas sentenças sem audiência e sem apelação. Quanto aos delitos criminais mais graves, tais como assassinatos, compete-lhe apenas instruir os processos e em seguida enviar o acusado a Vila Rica. As funções do intendente considerado como juiz propriamente dito não se estendem além de seu distrito; mas, é a ele que compete o conhecimento dos delitos relativos ao

contrabando de diamantes cometidos em toda a Província de Minas e até mesmo do resto do Império (negritos no original) (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 14-15).

Reportando-se a Joaquim Felício dos Santos, Aires da Mata Machado Filho definia *garimpo* e *garimpeiro*:

Garimpo era a mineração furtiva, clandestina, do diamante, e garimpeiro, o que a exercia. Já conhecemos as penas severas com que era punido o garimpeiro.

Garimpeiro tornava-se muitas vezes aquele que, obrigado a expatriar-se ou a passar uma vida de misérias, porque com a proibição da mineração se lhe tirava o único meio de subsistência, ia exercer uma indústria, a mineração clandestina [...] era, finalmente, o audaz, intrépido e ambicioso aventureiro, que ia buscar fortuna nessa vida cheia de riscos, perigos e emoções.

Não se confunda o garimpeiro com o bandido. Foragido, perseguido, sempre em luta com a sociedade, o garimpeiro só vivia do trabalho do garimpo, trabalho na verdade proibido pela lei, – e era o seu único crime – mas respeitava a vida, os direitos, a propriedade de seus concidadãos [...]

De centenares de processos que temos presentes, não encontramos um só em que eles tenham sido acusados de um rapto, de um roubo, ou de qualquer outro atentado criminoso (MACHADO FILHO, 1985, p. 18-19).

Nesse ambiente de criminalidade e ambições, soçobrava o direito de defesa:

A duodécima condição do contrato conferia aos contratadores um poder imenso, que os tornou quase senhores absolutos da demarcação. Em virtude dessa condição, se eles tinham suspeita de que alguma pessoa extraía ou comprava diamantes, podiam comunica-lo ao Intendente, o qual tomando informação secreta, e não havendo inteira prova, mas só indício, mandava logo exterminar da demarcação e comarca a pessoa suspeita. Só a denúncia dos contratadores se reputava como indício suficiente, sem se exigir mais prova para o extermínio.

Frequentes extermínios se decretavam por esta forma [...]

As autoridades consideravam os advogados como perturbadores da ordem da justiça. Queriam uma justiça rápida, expedita, sem formalidades. Os advogados, naturalmente formalistas, obstavam o livre curso da arbitrariedade: daí provinha o desafeto, que lhes votavam os julgadores. Em breve veremos ordenar-se que sejam exterminados do Distrito, e, sob penas rigorosas, proibido nele o exercício da advocacia (SANTOS, 1978, p. 99 e 103).

“As autoridades consideravam os advogados como perturbadores da ordem da justiça.”

Isidoro, vítima da crueldade

Isidoro, nascido na segunda metade do século XVIII, foi um dos garimpeiros de maior destaque no Arraial do Tijuco, hoje Diamantina. Descendente de africanos, nasceu e morreu na condição de escravo. Trabalhou, desde menino, na mineração. Foi acusado de contrabando ilícito, cometido por ordem do seu senhor. Condenado à pena de trabalhos forçados, fugiu e, junto com outros escravos evadidos, praticava o garimpo clandestinamente.

Acabou capturado:

Em junho de 1809, arma-se um triste espetáculo. Isidoro entrou preso no Tijuco. Vinha amarrado a um cavalo, todo ensopado de sangue que lhe corria das feridas. O povo, compadecido e entre lágrimas, dizia: ‘Lá vem o mártir, o homem inocente’ (FIGUEIREDO, 2005).

Não entregou os seus comparsas e foi severamente torturado até a morte. Sucumbiu na presença do Intendente do Distrito Diamantino, Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt:

Já eram passadas duas horas do mais minucioso interrogatório, minucioso como só a Câmara sabia fazer, e o interrogado já bastante fatigado e curtindo acerbos dores, só confessava o que tinha feito. O Intendente prometeu-lhe o perdão, a liberdade, se declarasse os nomes de seus cúmplices, mas nada conseguiu. Depois passou a ameaçá-lo com açoites. Isidoro mostrou-se tão indiferente às ameaças como às promessas.

Foi preciso realizarem-se as ameaças. Isidoro com as carnes rasgadas, e mal podendo sustentar-se, é levado à tortura. Em público, defronte da porta da cadeia, foi amarrado a uma escada, com os membros estirados e movimentos tolhidos. Dois Pedestres começaram a açoitá-lo com bacalhaus. Logo as carnes se rasgavam, o sangue salpica e abrem-se feridas ainda não cicatrizadas. Isidoro firmou com força o queixo inferior no chão, onde deixou uma profunda moxa. Durante todo este tempo de bárbaro suplício não proferiu uma só queixa, não soltou um só gemido.

Câmara assistiu a este espetáculo!

Afinal os algozes cansados deixaram o paciente. Assim fazia a Inquisição! [...].

Isidoro, alguns dias depois, sentindo aproximarem-se seus últimos momentos, declarou que queria falar com o Intendente, para fazer-lhe uma revelação e, ao mesmo tempo, um pedido.

Câmara foi à prisão do moribundo, e vendo o seu estado:

'Isidoro, disse, venho a teu chamado. Peço-te perdão pelo muito que te fiz sofrer, e de que tenho tido bastantes remorsos.'

Isidoro quis falar, tentou erguer-se; mas já era chegada a sua hora e caiu morto.

Conta-se que queria revelar à Câmara a existência de uma lavra de imensa riqueza. Ignora-se qual o pedido que queria fazer (SANTOS, 1978, p. 324-325).

Essa lendária narrativa sobre o garimpeiro Isidoro nos remete ao legado inquisitorial, presente na então colônia portuguesa. A Inquisição, como duradoura e profunda ação repressiva, deixou marcas no caráter português e na evolução do país:

A ela se deve que esse espírito permaneça como fogo mal extinto, que a menor viragem do vento reacende em denúncias, condenações por ideias a fogueiras (SARAIVA, 1979, p. 178-180).

O Livro V das Ordenações do Reino – vigente no Brasil colonial – continha as regras penais:

O Conselheiro Batista Pereira, por exemplo, em página que José Frederico Marques considera magistral, assim descreve o famoso Livro V: 'Espelho, onde se refletia, com inteira fidelidade, a dureza das codificações contemporâneas, era um misto de despotismo e de beatice, uma legislação híbrida e feroz,

inspirada em falsas ideias religiosas e políticas, que invadindo as fronteiras da jurisdição divina, confundia o crime com o pecado e absorvia o indivíduo no Estado fazendo dele um instrumento. Na previsão de conter os meus pelo terror, a lei não media a pena pela gravidade da culpa; na graduação do castigo obedecia, só, ao critério da utilidade. Assim, a pena capital era aplicada com mão larga; abundavam as penas infamantes, como o açoite, e marca de fogo, as galés, e com a mesma severidade com que se punia a heresia, a blasfêmia, a apostasia e a feitiçaria, eram castigados os que, sem licença de EL-Rei e dos prelados, benziam cães e bichos, e os que penetravam nos mosteiros para tirar freiras e pernoitar com elas. A pena de morte natural era agravada pelo modo cruel de sua inflição; certos criminosos, como, os bígamos, os incestuosos, os adúlteros, os moedeiros falsos eram queimados vivos e feitos em pó, para que nunca de seu corpo e sepultura se pudesse haver memória. Com a volúpia lei que, na frase de Cícero, é in omnibus diffusa, naturae, congruen constans, eram suplicados os réus de lesa majestade, crime tão grave e abominável, e os antigos sabedores tanto o estranharam, que o compararam à lepra, porque, assim como esta enfermidade enche o corpo, sem nunca mais se poder curar, assim o erro da traição condena o que a comete, e o impede e infama os que da sua linha descendam, posto não tenham culpa. A este acervo de monstruosidade outras se cumulavam: a aberrância da pena, o confisco dos bens e a transmissibilidade da infâmia do crime! [...]

Outra não é a linguagem de Basileu Garcia: 'As Ordenações assinalavam-se pela exorbitância das penas, que alcançavam ferozmente fatos às vezes insignificantes, pela desigualdade de tratamento entre os vários agentes do delito, pela confusão do Direito, a Moral e a Religião e por outros muitos vícios. Dentre as penas, a de morte era prodigalizada. As execuções se efetuavam na força e na fogueira. Em alguns casos, eram precedidas de suplícios, como a amputação dos braços ou das mãos do condenado. Tão grande era o rigor das Ordenações, com tanta facilidade elas cominavam a pena de morte, que se conta haver Luís XIV interpelado, ironicamente, o embaixador português em Paris, querendo saber se após o advento de tais leis, alguém havia escapado com vida' (PINHO, 1973, p. 15-18).

Mineiridade e as marcas do Iviturui

Na definição de Affonso Romano de Sant'Anna, Minas Gerais "é um modo de ser e de estar":

A riqueza de Minas está inscrita no seu próprio nome – é um estado plural. Plural de montanhas, plural de minérios e mineiros. [...]

Minas são muitas em uma. Há um mineiro mais paulista, um mineiro mais carioca, um mineiro mais baiano, um mineiro mais capixaba, um mineiro mais goiano. E eis o mistério: todos convergem para a mesma identidade. [...]

Os mineiros se divertem a si mesmos e aos demais falando da 'mineiridade' (sabedoria) e da 'mineirice' (esperteza). Na política, Benedito, Alkimin e Tancredo ilustram esse anedotário. E outros se especializaram nessa irônica interpretação, como Guimarães Rosa, Drummond e Fernando Sabino (SANT'ANNA, 2011, p. 20).

**“A Inquisição,
como duradoura
e profunda ação
repressiva, deixou
marcas no caráter
português e na
evolução do país.”**

Fernando Sabino acrescentava:

Ser mineiro é esperar pela cor da fumaça. É dormir no chão para não cair da cama. É plantar verde para colher maduro. É não meter a mão em cumbuca. Não dar passo maior que as pernas. Não amarrar cachorro com linguiça.

Porque mineiro não prega prego sem estopa. Mineiro não dá ponto sem nó. Mineiro não perde trem. [...]

Evém o mineiro. Ele não olha: espia. Não presta atenção: vigia só. Não conversa: confabula. Não combina: conspira. Não se vinga: espera. Faz parte de seu decálogo, que alguém já elaborou. E não enlouquece: piora. Ou declara, conforme manda a delicadeza. No mais, é confiar desconfiando. Dois é bom, três é comício. Devagar, que eu tenho pressa. [...]

Um Estado de nariz imenso, um estado de espírito: um jeito de ser. Manhoso, ladino, cauteloso, desconfiado – prudência e capitalização (SABINO, 1962).

No seu livro clássico *Voz de Minas*, Alceu Amoroso Lima associava a mineiridade à topografia. As montanhas de Minas Gerais limitam os horizontes, e os habitantes vivem de forma tranquila e sem pressa. Os mineiros são ensimesmados e meditativos. Isso estimula a cultura (LIMA, 2000).

Todavia, alertava Carlos Drummond de Andrade:

O Estado mais tipicamente conservador da União abriga o espírito mais livre. Sua aparente docilidade esconde reservas de insubmissão, às vezes convertida em ironia, e de algum modo chocada na pachorra de esperar, que tanto ilude o observador apressado, incapaz de perceber a chama latente do borralho. As revoluções liberais em Minas atestam isso (BOJUNGA, 2001, p. 25).

Na biografia de seu pai, *Um estadista da República*, publicada em 1955, Afonso Arinos de Melo Franco ressaltava as diferenças entre as zonas da Mata e do Sul, de um lado, e, do outro, as velhas regiões mineradoras:

A prudência, o bom senso, o equilíbrio mineiro, tão falados, são coisa recente, são a passagem do cero político para a zona agrícola. A civilização do ouro foi contrária a tudo isso. Foi politicamente impetuosa, imaginativa, arroubada. Os movimentos de 1720, contra Assumar; de 1789, contra Barbacena; de 1831 contra Pedro I e de 1842 contra os validos de Pedro II, são bem expressivos da civilização mineira e bem contrários ao famoso clima de bom senso e de equilíbrio que passou, mais tarde, a ser evocado cada vez que se fala em Minas.

Afonso Arinos acrescenta aos autos o mais recente episódio do Manifesto dos Mineiros, de 1943, que ajudou a derrubar o ditador dois anos depois.

O historiador Paulo Pinheiro Chagas esmiuçou esse contraste entre a Minas mineradora e Minas agrícola e pastoril. De um lado, a devassa do sertão e a fundação das cidades, do outro o espírito fundiário, o poderio do café, a fixação. A Minas da mineração é aventura, extroversão associativa, euforia e sonho. A Minas agrícola é introversão, formalismo, zelo patrício. Joaquim Felício dos Santos diz: ‘O minerador é alegre, pródigo,

“O Estado mais tipicamente conservador da União abriga o espírito mais livre.”

descuidado, indiscreto, só vê o presente; o agricultor é severo, econômico, amante da riqueza, desconfiado, circunspecto e inimigo dos prazeres ruidosos.’ [...]

No discurso de posse na Academia Mineira de Letras, em outubro de 1977, Afonso Arinos diz que não há representante mais típico, nem mais forte, da tradição do espírito minerador do que Juscelino Kubitschek, nem existe região mais expressiva desse espírito do que Diamantina, que, certa vez, ele chamou de ilha de loucura no pretense oceano de bom senso das Minas Gerais. Historicamente, o Distrito Diamantino, a velha comarca do Serro Frio, é celeiro de ousados. Francisco de Assis Barbosa repertoriou a linhagem dos pioneiros e aventureiros que contrariam o clichê mineiro, homens inimigos da acomodação, ansiosos em romper o isolamento das montanhas:

‘O Intendente Câmara – aliás desembargador Ferreira da Câmara Bittencourt Aguiar de Sá – construtor da Fábrica de Ferro do Morro do Gaspar ou Morro do Pilar, onde correu pela primeira vez ferro-gusa em alto-forno no Brasil (1814); Domingos José de Almeida, que saiu de Diamantina como simples tropeiro, para radicar-se no Rio Grande do Sul, onde foi deputado provincial e vice-presidente de efêmera República de Piratini (1836), além de ter sido o remodelador de Pelotas e fundador de Uruguaiana; Teófilo, chefe liberal, herói da batalha de Santa Luzia, na revolução de 1842, fundador da Cidade de Filadélfia, hoje Teófilo Ottoni, e colonizador de uma vasta região mineira, a do sertão do Mucuri, que se tornaria uma das mais prósperas do estado.

A lista dos audaciosos do garimpo é mais ampla [...] (BOJUNGA, 2001, p. 26-27).

O diamantinense Edgar de Godói da Mata-Machado celebrava a região natal:

Seja-me permitido finalizar em oposição ao que dissera o meu irmão Aires Mata Machado Filho em certa entrevista: ‘Moro em Belo Horizonte, mas vivo em Diamantina’. Da minha parte, pretensioso, eu, homem de Iviturui, afirmo que viver em Diamantina já não me basta: é Diamantina que vive em mim. [...]

Fritz (Teixeira de Salles) realça: ‘Para o povo diamantinense, que tanto nos ensina a alegria e o amor, a graça e a ironia’. Sim,

obrigado, dizemos nós, sem que nos esqueçamos de recordar que tudo isso, tão tranquilizante, vem da configuração de certa 'mentalidade rebelde, inquieta e fatalista' que Sylvio de Vasconcelos surpreendeu no 'Ser e Porquê de Diamantina' ao que importa acrescentar, de nossa parte, a vitória sobre a opressão e o sofrimento imposto à parcela majoritária de nosso povo, até a consequente união de todos nós. [...]

Sabemos de que dores nosso jeito de ser e porque se foi formando.

Nosso código é o de Minas. Como não falar de mineração? Garimpagem já conhecemos, nós os de hoje, em tempos mais tranquilos. Bisavó Henriqueta, vó madrinha de filhos, netos e por aí afora, levantava-se antes do sol raiar e ia para o 'barro' batear o cascalho e, vez por outra, lá pegava a sua pedrinha brilhante como fariam os descendentes laterais e colaterais, ora se enriquecendo, ora voltando à pobreza jamais inconformada. [...]

Desde a vigência dos contratos, o garimpo estava proibido. 'Patrulhas de dragões violentos percorriam, dia e noite, as lavras e os córregos – precisa Abílio Barreto – e a mais leve suspeita de contrabando era punida brutalmente com prisão, açoites, confisco de bens e degredo [...]. Este regime de opressão fez surgir o Garimpeiro, tipo notável que se tornou lendário e cuja vida leio na mesma conferência do nosso confrade – foi sempre um poema de sofrimentos, de sagacidade, de inteligência e de heroísmo. Desse tipo, Isidoro é um modelo'. Preso como Zumbi, 'quebraram-lhe os ossos – é Fritz quem nos descreve – pisaram-lhe as carnes/reduziram seu corpo/. Rasgaram-lhe os olhos/os lábios se uniram/em selo e sinal/arfando silêncio/que o corpo quando vivo/é fome e segredo.

A Isidoro, a milhares de pardos e negros, explorados e martirizados, devemos a nossa alegria, nosso amor e nossa graça. Cantamos em noites de luar e em noites escuras. E sabemos rir dos que fazem da fecundidade do dinheiro e do poder a sua razão de vida e o seu desprezo pelos semelhantes.

Possa eu confessar, ao fim desta desconjuntada palestra, que, por tudo aquilo que lembramos e por muito mais que trago em minha mente de dentro d'alma, viver em Diamantina não me basta; é Diamantina que vive em mim (MATA-MACHADO, 1988).

**“Viver em
Diamantina não me
basta; é Diamantina
que vive em mim.”**

Dois grandes vultos do Serro

Teófilo Ottoni, o liberal

Teófilo Benedito Ottoni nasceu no Serro, em 27 de novembro de 1807 (TEÓFILO, 2019). Coursou a Academia de Marinha, mas deu baixa em 1830, como guarda-marinha. Grande orador, foi um dos mais populares líderes do Partido Liberal. Fundou o jornal Sentinela do Serro, de curta existência.

Foi deputado provincial em Minas Gerais (1835-43) e, pela mesma província, deputado-geral (1838-41, 1844-48, 1860-64) e senador (1864 e 1869). Um dos chefes da Revolução Liberal de 1842 em Minas Gerais, Ottoni ficou preso, em Ouro Preto, por mais de um ano. Acabou absolvido:

Após a derrota de 20 de agosto de 1842, em Santa Luzia, Ottoni não fugiu, ficou para ser preso, para se defender e defender sua causa nos tribunais. Toda a sua roupa e bagagens foram saqueadas, e junto como foi conduzido a pé, por sete dias, até perto de Ouro Preto, onde ficou preso em uma cela sem ventilação, com cinquenta presos políticos. Dispensou advogado, fez sua própria defesa, obtendo a absolvição dos revolucionários. Foi incansável defensor das liberdades públicas, denunciando o abuso, pelas autoridades, da prerrogativa de suspender as garantias (MIRANDA, 2007, p. 91).

Entre 1850 e 1860, afastou-se da política e fundou uma empresa de comércio e colonização no interior de Minas. A “Companhia de Comércio e Navegação do Rio Mucuri” tinha como objetivo promover o desenvolvimento e colonização do Vale do Rio Mucuri.

Incentivou o povoamento da região por imigrantes europeus, particularmente alemães. Promoveu expedições pelo nordeste mineiro, em busca de uma saída das Minas para o mar, o que facilitaria o escoamento da produção agrícola da região. Fundou a colônia Filadélfia, atual município de Teófilo Otoni. Pacificou os índios botocudos, que viviam no Mucuri; por isso, é considerado um precursor do Marechal Rondon.

Teófilo Ottoni faleceu no Rio de Janeiro:

Ele morreu aos dezessete dias de outubro de 1869, aos 62 anos de idade. O enterro só ocorreu no dia seguinte. [...]

Uma multidão nunca vista atravessa o Rio no enterro. O carro fúnebre é dispensado. O povo quer que o caixão seja conduzido a pé. [...]

'Ao morrer, Teófilo Ottoni era uma figura quase mitológica. Sua popularidade havia se enraizado não só em Minas, mas também na Corte'. Em suas memórias, Aristides de Araújo Maia comenta que, 'quando a notícia do falecimento de Teófilo Ottoni chegou ao Mucuri, os índios, que há dez anos não o viam, choraram'.

'Ottoni, ao morrer, era o homem mais popular do país sob o Império' (MIRANDA, 2007, p. 17)

O historiador José Murilo de Carvalho fala de uma utopia tipicamente mineira:

Seu berço foi a Minas do século XVIII, urbana, do ouro, da desordem, do sonho. Minas da Inconfidência, movimento

político cuja bússola apontava para a América do Norte. Independência, autogoverno, confederação, república. A revolução americana fornecia orientação ideológica para a Inconfidência Mineira. A utopia mineira era a utopia americana.

No século XIX, a expressão maior dessa utopia americana e latino-americanista foi Ottoni. Suas influências vieram da revolução americana, da Inconfidência, dos republicanos pernambucanos de 1817 e 1824. Em contraste com a elite conservadora da Minas agrária, escravocrata, que emergiu à crise da mineração aurífera (MIRANDA, 2007, p. 37).

Pedro Lessa, a coragem de ser justo

Pedro Augusto Carneiro Lessa nasceu no Serro, em 25 de setembro de 1859 (PEDRO, 2019). Era filho do Coronel José Pedro Lessa e de D. Francisca Amélia Carneiro Lessa. Concluiu o curso de Humanidades na terra natal. Matriculou-se na Faculdade de Direito de São Paulo, onde, com as mais distintas notas, recebeu o grau de Bacharel, em 1883, e o de Doutor, em 1888, depois de defender tese. Foi professor catedrático da mesma Faculdade.

Em 1891, foi nomeado chefe de polícia do Estado de São Paulo e eleito deputado ao Congresso Constituinte do Estado, onde foi um dos principais colaboradores na elaboração da respectiva Constituição.

Abandonou a política para se dedicar exclusivamente à advocacia e ao magistério superior. Conferiu nova orientação ao estudo da Filosofia do Direito no Brasil. Tornou-se advogado de renome.

Em decreto de 26 de outubro de 1907, o Presidente Afonso Pena o nomeou ministro do Supremo Tribunal Federal. Lessa também integrou o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a Academia Brasileira de Letras. Publicou várias obras jurídicas.

Era casado com D. Paula de Aguiar.

Faleceu no Rio de Janeiro, no dia 25 de julho de 1921.

Como jurista e professor, Lessa acentuava a importância da Filosofia do Direito:

Penso que foi um grave erro a eliminação da filosofia do direito dos nossos cursos jurídicos. Propugnei sempre a transposição dessa matéria do primeiro para o último ano acadêmico. É intuitiva a necessidade de iniciar os estudos de direito ou pela enciclopédia jurídica, segundo foi estatuído ultimamente, ou por certas doutrinas dentre as mais fáceis para o principiante, como o direito constitucional e os rudimentos do direito romano. Mas, abolir dos cursos jurídicos o estudo das leis fundamentais, dos princípios cardeais, em que assenta toda a estrutura do direito, é concorrer, cometendo uma falha imperdoável, para que se não tenha uma perfeita compreensão das profundas raízes que prendem ao direito toda a existência da sociedade, para que se não alimente uma ideia nítida e vivaz acerca da função absolutamente indispensável do direito, para que se não forme um conceito exato da irrefragável e suprema necessidade da justiça.

O que imprime, o que pode imprimir aos estudos jurídicos um cunho científico, é a filosofia do direito. Sem ela a tarefa do jurista se reduz a um esforço inferior por interpretar e aplicar preceitos, de cujo verdadeiro e profundo sentido não lhe é dado

“Faltando o conhecimento dos princípios do direito, fica este sendo mera arte.”

compenetrar-se. Não pode haver sem ela a compreensão e o amor da justiça, nem legisladores que elaborem sábias leis, juízes consagrados ao culto inteligente e sincero do direito, administradores realmente empenhados em bem lhe executar as prescrições, advogados que sobreponham o egoístico interesse do exercício da profissão à elevada utilidade, ou, melhor, à necessidade superior da conservação e do progresso da sociedade pela exata observância das leis. Faltando o conhecimento dos princípios do direito, fica este sendo mera arte, cujos preceitos facilmente se desvirtuam na prática, aplicando-se ao talante das conveniências individuais (LESSA, 2002, p. 10).

Epílogo

Minas são muitas, dizia Guimarães Rosa.

Eu sou “Minas”, porque nasci na aurífera, barroca e histórica São João del-Rei. E sou “Gerais”, porque meu avô paterno, Euclydes Garcia de Lima, nasceu em Córrego Danta, sertão do Alto Paranaíba; e também porque fui juiz em Montes Claros, coração robusto do sertão norte-mineiro.

“Minas” é fé, cultura e tradição. “Gerais” é travessia; atravessar os grandes sertões e veredas de Guimarães Rosa (GARCIA DE LIMA, 2019).

Todas as Minas se unem para celebrar os 300 anos da Comarca do Serro.

A mineiridade é uma só:

*Minas não é palavra montanhosa
É palavra abissal
Minas é dentro e fundo
As montanhas escondem o que é Minas.
[...]*

Só mineiros sabem.

E não dizem nem a si mesmos o irrevelável segredo chamado Minas

(Carlos Drummond de Andrade, *A palavra Minas*) (ANDRADE, 2002).

Referências

- . ANDRADE, Carlos Drummond de. *Poesia completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002.
- . BALEEIRO, Aliomar. *O Supremo Tribunal Federal: esse outro desconhecido*. Rio de Janeiro: Forense, 1968.
- . BITTENCOURT, Edgard de Moura. *O juiz - carreira, função e personalidade do magistrado contemporâneo*. 2. ed. São Paulo, LEUD, 1982.
- . BOJUNGA, Cláudio. *JK - o artista do impossível*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- . CALMON, Pedro. *História do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, v. III, 1959.
- . DORIA, Pedro. *1789: a história de Tiradentes e dos contrabandistas, assassinos e poetas que lutaram pela independência do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014.
- . FERREIRA, Delson Gonçalves. *Cartas chilenas: retrato de uma época*. Belo Horizonte: Lemi, 1982.
- . FIGUEIREDO, Anísia de Paulo. *Isidoro, o mártir*. Revista Diálogo, Edições Paulinas, nº 38, maio de 2005. Disponível em: <https://www.paulinas.org.br/dialogo/pt-br/>. Acesso em 17 out. 2019.
- . FREYRE, Gilberto. *Casa grande & senzala*. 22. Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1983.
- . FURTADO, Celso. *A fantasia desfeita*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- . GARCIA DE LIMA, Rogério Medeiros. *Carvalho Mourão e Martins de Oliveira, os próceres, e outras personagens da Comarca de São João del-Rei*. Belo Horizonte: Revista da Academia Mineira de Letras, v. LXIX, 2014.
- . GARCIA DE LIMA, Rogério Medeiros. *Discurso de posse na presidência do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais*. Belo Horizonte/MG, 18 jun. de 2019.
- . JUSCELINO Kubitschek, Portal FGV CPDOC. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/juscelino_kubitschek. Acesso em: 10 dez. 2019.
- . LESSA, Pedro. *Estudos de Filosofia do Direito*. 2. ed. Campinas-SP: Bookseller, 2002.
- . LIMA JÚNIOR, Augusto. *A Capitania das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1978.
- . LIMA, Alceu Amoroso. *Voz de Minas: ensaio de sociologia regional*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2000.
- . LUSTOSA, Isabel. *Histórias de presidentes: a república no Catete*. Rio de Janeiro: Agir, 2008.
- . MACHADO FILHO, Aires da Mata. *O negro e o garimpo em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1985.
- . MAIA, Tom; LINS, Miguel; MAIA, Thereza Regina de Camargo. *Serro do Frio, Vila do Príncipe*. São Paulo: Editora Nacional; Rio de Janeiro: Embratur, 1979.
- . MATA-MACHADO, Edgar de Godói. *Política do Iviturui (montanhas frias)*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 1988.
- . MIRANDA, Nilmário. *Teófilo Ottoni, a República e a utopia do Mucuri*. São Paulo: Caros Amigos Editora, 2007.
- . PEDRO Augusto Carneiro Lessa, Portal Supremo Tribunal Federal. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/ministro/>. Acesso em: 10 dez. 2019.
- . PINHO, Ruy Rebello. *História do direito penal brasileiro: período colonial*. São Paulo: Bushatsky, Editora da Universidade de São Paulo, 1973.
- . SABINO, Fernando. *Minas enigma*, in Quadrante. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora do Autor, 1962.
- . SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelo Distrito dos Diamantes e litoral do Brasil*. Belo Horizonte, Editora Itatiaia; São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1974.
- . SANT'ANNA, Affonso Romano de. *Minas: um modo de ser e de estar*. Jornal Estado de Minas, Belo Horizonte, 1º set. 2011.
- . SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino*. 5. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1978.
- . SANTOS, Joaquim Ferreira dos. *Feliz 1958: o ano que não devia terminar*. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- . SARAIVA, José Hermano. *História concisa de Portugal*. 5. ed. Sintra, Portugal: Publicações Europa-América, 1979.
- . SILVA, Ariel Lucas. *Serro: mais de três séculos de História*. Disponível em: <https://www.serro.mg.gov.br/portal/noticias/>. Acesso em 9 out. 2019.
- . SURUAGY, Divaldo; WANDERLEY FILHO, Ruben. 2. ed. *História de Alagoas*. São Paulo: Catavento, 2000.
- . TEÓFILO Benedito Ottoni, Portal Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Disponível em: <https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/TBOttoni.html>. Acesso em: 10 dez. 2019.
- . WERNECK, Gustavo. *Comarcas pioneiras de Minas Gerais completam 300 anos*. Portal Estado de Minas. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2014/05/24/>. Acesso em: 24 maio 2014.

Não aprisione seus mortos

Llewellyn Medina

Desembargador do TJMG, aposentado

Não aprisione seus mortos
em retratos bolorentos
pendurados em paredes nuas
baratos quadros expressionistas

deixe-os morrer
como se morre no esquecimento
vez ou outra lembre-se dos mais afetuosos
ou do mais desprezível deles todos
a lembrança pode ser afetuosa ou indesejada

deixe que seus mortos o esqueçam
não encomende missa
para lembrar sétimo dia ou dia de aniversário
deixe quietos os seus mortos

a morte é feita de quietude
esvai-se na lembrança
aprisiona-se na maleita
que se infiltra mansa e imperceptivelmente
no primeiro esquecimento das chaves
na confusão quanto ao dia da semana do mês
dia em que costumava cortar os cabelos
que por conta própria migram
para cabeças prestes de virem à luz

esqueça seus mortos da mesa patriarcal
quando havia mesa patriarcal
lá estão circunspectos em sua aparência de sempre
a terçar intrigas familiares
o verdadeiro alimento até de famílias milenares

o avô Cesar espadaúdo em seu metro e oitenta
a insistir ouvissem todos a Peleja do Cego Aderaldo e Zé
Pretinho do Tucum
cantada com donaire e sentimento
o misterioso avô Donato nascido com a Lei Áurea
a avó Naninha magra cortante sábia ironia
a avó Maria curtida silhueta africana
os periféricos e esquecidos frequentadores
unidos por farta macarronada
que Conceição síntese de todos
governava com incontestada autoridade



lá está Lourenço a pensar na Lolita
que nunca abraçou
Nestor não lutou em Troia
seus ícones contraditórios
a foice o martelo o crucifixo de Nosso Senhor

mortos são presenças esquecidas
querem a liberdade negada
a morte sem adjetivo sem advérbio
partilhado o patrimônio
morte extirpada de álbum de família
destruído pela avidez do tempo
a morte simplesmente.

Noturno da Lagoa II

Llewellyn Medina

Desembargador do TJMG, aposentado

A lua cheia tremelica
na superfície lânguida da Lagoa
fecha-se em concha e toda ancha
enche os olhos do passante apressado
a escuridão de seu apartamento apertado

rechonchudinha mágico espelho
espelha anseios
perderam-se para sempre
(lembança fugaz na arte de esquecer)
poucos olhos de ver

e por não serem eternos esses olhos
a lua cheia se apaga
a Lagoa espera outra lua
cheia solitário olhar
foi-se tão sutilmente
fecha-se no embalar do espelho d'água
mãos postas em contrição.



Serpente e Moinho

Elson de Paula e Silva

Juiz do TjMG

Serpente

Deslizando segue
entremeia
plantas rasteiras
vagarosa
serpenteia
atenta
vagueia!
serpenteante
conquista
lisa traiçoeira
algo espreita
tá na mira!
sorradeira
esgueira
simulada
- faz querer nada -
instinto espia
contorce encolhe
enrosca aquieta
estática
arquiteta!
alvo se move
a hora agora,
finge morta
é o bote!
salto veloz!
da boca
sobressai
aguda presa,
cravada,
letal
veneno
expele,
rápido dispersa
propaga
fatal
mortal!

Moinho

Milho
na mó
moinho mói,
queda d'água
pedra roda
vira e gira
na girada vira
pesada mó!
paciente
constante vira,
mil voltas rodando
incessante
massacrante
girante
milho
espigado
teve chão,
crescido
teve pé,
muitos grãos
concentrados
escolhidos,
teve palha
muitas palhas
cabelos brilhantes
brilhantes cabelos
muitos,
nas voltas
giradas
rodadas
dolentes
que a pedra dá,
vira fubá!



Van Gogh

Fernando Armando Ribeiro
Juiz do TJMMG

Tendo
por
guias
as estrelas

E vendo
na noite
luz maior
que o dia

O gênio
sente
e contempla
o universo

Reinventa
ciprestes
botas
oliveiras

No cerne
das coisas
mostra
seu inverso

Ama e vive
no amor
sua falta

agonizando
em dor
e delírio

Na Provence
está o mundo
nos pincéis
o caminho

Só o sonho
não basta
mãos que
nunca saciam



Sonetos

João Quintino Silva

Desembargador do TJMG, aposentado

Soneto Matinal

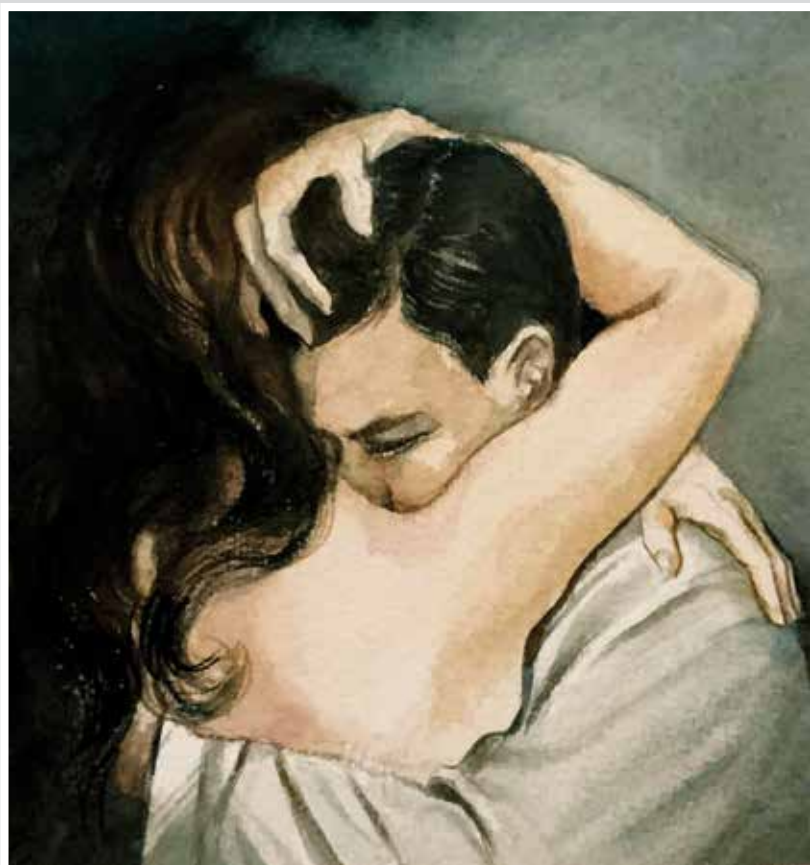
Quanto te adoro, ó minha flor querida!
És primavera em meu jardim de amor.
Eu sou teu sol de matinal calor
Te dando vida enquanto me dás vida.

Nós dois, nós dois juntinhos, abraçados
Como uma flor composta de dois ramos
Mostrando ao mundo quanto nos amamos
E somos dois cativos enamorados.
Quanta ternura posta em cada abraço!
Quanto mistério em cada olhar que faço
E fazes, meu amor, minha mulher!
Glória ao destino que nos pôs tão juntos,
Os dois pombinhos em arrulhos muitos
Gozando a vida como Deus quiser.

Eu Quero

Eu quero encher meus olhos só de ti,
Fartar minh'alma de teu riso aberto,
Guardar-te na memória, se não perto,
Na ilusão de que estás presente aqui.

Quero encher meus ouvidos desta voz
Melíflua, delicada – uma sonata
De sonho que derramas em cascata
Como saudando a vida quanto a nós.
Eu quero tu inteira – corpo e alma,
Sem faltar um centímetro qualquer
Desse corpo bonito de mulher
Cuja visão me rouba toda a calma.
Gosto de ver-te, concentrar o olhar
Nas tuas formas venusiais preciosas,
Lembrando as esculturas primorosas
Que o clássico cinzel fez realizar.

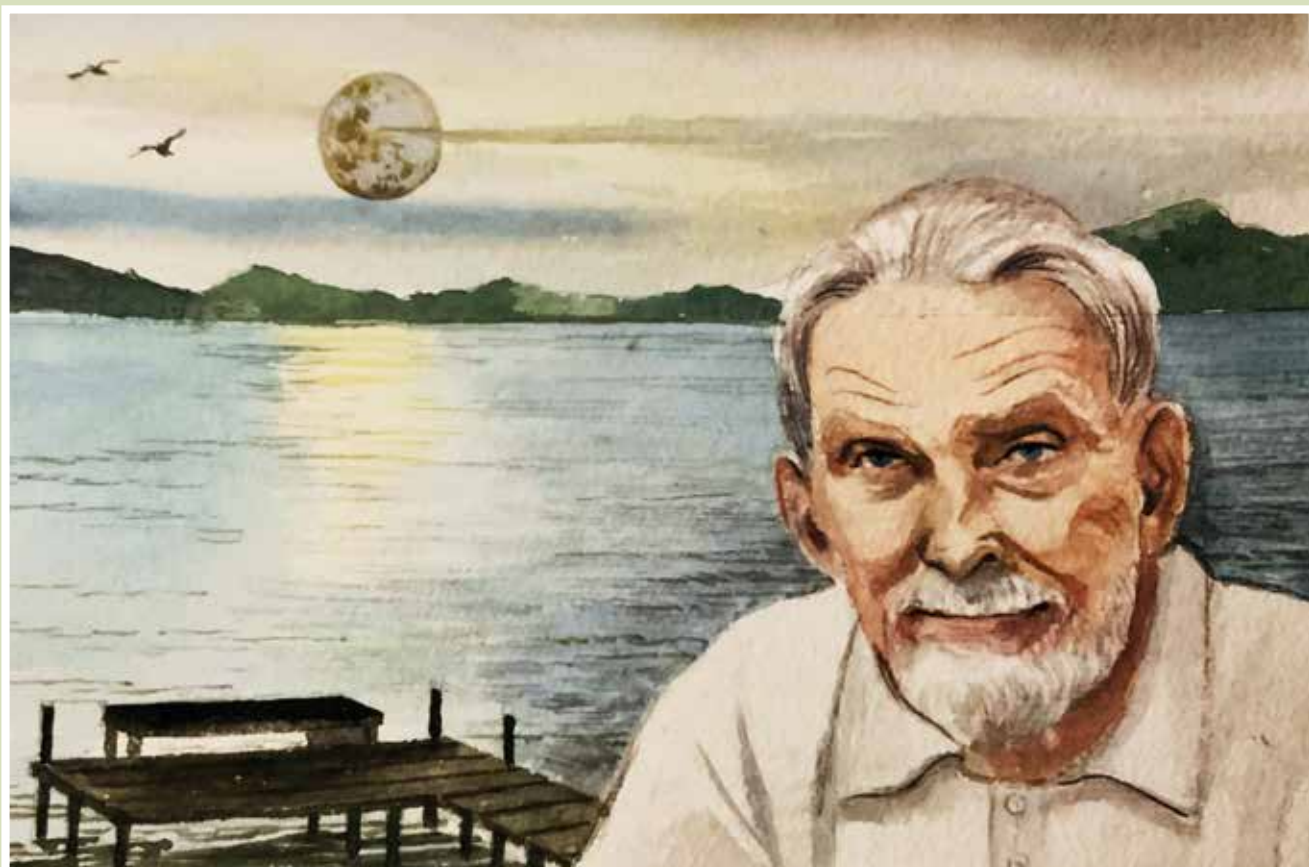


Gratidão

Fernando Armando Ribeiro

Juiz do TJMMG

Aceitava tão serenamente a vida, que a muitos causava assombro o sorriso sempre presente apesar de tantos infortúnios. A orfandade em tenra infância, a doença que a seu corpo aos poucos paralisaria, a perda de filhos, trabalho e bens na guerra. Nada abalava aquele sorriso com que parecia abraçar o mundo. Aos que lhe perguntavam a razão não dizia, e tampouco julgava saber. Todo aquele mar, aqueles pássaros, embaixadores alados do firmamento, avivam-lhe a memória dos que se foram, dizendo-lhe que fosse feliz.





Casos de Zé Roxinho

Renato César Jardim
Juiz do TJMG

Quem não conhece ou ouviu falar da Serra do Caraça, magnífico trecho da Serra do Espinhaço cravado entre os municípios mineiros de Catas Altas e Santa Bárbara, de exuberante paisagem a abrigar o famoso colégio onde estudaram importantes personalidades da história do Brasil? Abundantes nascentes fazem desfilar por toda região cascatas de cristalinos tons. Caraça porque há na serra uma formação geológica assemelhada ao rosto de um gigante deitado, certamente a contemplar o céu sem tamanho que o torna anão.

Ali nos arredores do Caraça havia um habitante singular. Sempre o conheci pela alcunha de *Zé Roxinho*. Era o cuidador da Fazenda da Bocaina. Antes mesmo de ser batizado já carregava o inusitado apelido, motivado pela repercussão de uma cianose. A moléstia persistiu por alguns meses após o parto caseiro, vindo a desaparecer por conta do nada. Dava à cor da pele da criança tons hemorroidais nunca mais desvinculados do homem batizado José Geraldo da Silva Fortunato. Era essa a sua graça, mas ninguém o conhecia pelo nome, apenas pelo cognome ligado à coloração arroxeadada da tez originariamente parda.

Da terra tratada com zelo por Zé Roxinho emanavam excelentes culturas de todos os tipos. Milharais e canaviais ornamentavam a propriedade rural a seu cuidado. Mas da sua extrema franqueza também germinavam casos pândegos em profusão.

A jabuticabeira

Certa feita, o patrão, homem septuagenário e sério, chegou com mudas de jabuticabeiras e ordenou ao capataz o plantio no pomar da fazenda. Após examinar as mudas acomodadas em invólucros de plástico preto, Zé Roxinho respondeu ao chefe:

– *Olha, Seu Mário, eu vou plantar sim. E prosseguiu: – Mas o senhor tem esperança de comer as jabuticabas desses pés?*

A tal de Rosa

Domingo pede missa e missa pede roupa domingueira. E aquele domingo era especial. A comemoração do aniversário de oitenta anos de dona Nelita, esposa do dono da fazenda, mobilizava toda a família. A patroa sempre mereceu da parte de Roxinho toda admiração, muito pela bondade e simplicidade dispensada por ela aos mais humildes. Afeiçoado à aniversariante, o encarregado ansiava pelo momento de ir à capela do Caraça para missa em intenção de dona Nelita. Acordou às cinco, engraxou com uma casca de banana os sapatos pretos, presente da aniversariante, mesmo sem saber do fato de as bananas trazerem em suas cascas o ingrediente chave das graxas, o potássio, rematando o serviço com um pano macio para o lustro definitivo. Barbeou-se com apuro, navalha passada mais de uma vez em sentido contrário aos pelos. Vestiu a roupa de ver Deus e até separou o dinheiro para a espórtula, hábito não cultivado

por Roxinho, sempre desconfiado do coletor da sacola de feltro, cuja cor do pano lembrava o tom da pele do nosso protagonista quando infante. Aquele dia era *sui generis*.

O ar campestre da manhã ficou contaminado com o forte cheiro de exagerada porção de colônia de alfazema. Zé Roxinho sentou na mureta da varanda da casa principal. Com as pernas cruzadas e o cotovelo apoiado numa delas a pitar um cigarro de palha, admirava os sapatos espelhados na espera da saída dos patrões para a missa.

O pessoal disputava um lugar na Rural bicolor. Não havia lugar para todos. Guilherme, filho mais novo da aniversariante, resolveu ir a pé até a igreja, em companhia do capataz. Era uma boa caminhada, mas a precavida pontualidade mineira permitia com folga aquele agradável périplo campestre à margem do Rio Caraça. Ademais, a manhã de junho, apesar de muito fria, era abrigada por um céu de brigadeiro.

Na estrada cascalhada, Zé Roxinho jogava conversa fora. No margeio de um renque de laranjeiras, contou mais um caso a Guilherme:

– *Outro dia eu vinha caminhando aqui nesse mesmo lugar com uma tal de Rosa. Os pés de laranja ‘tavam em flor. Um enxame de abeias atacou a tal de Rosa e eu tive de acudi ela. Um calorão danado, menino, e as bichas ‘tavam numa nervosia só. Mandeí a tal de Rosa tampá a respiração e corri com ela até o rancho do Mané Ribeiro, aquele ali – disse apontando para um casebre numa curva da estrada. Se eu não acudisse a tal de Rosa, as abeias matava ela de picada – complementou orgulhoso.*

Guilherme quis saber o motivo de se cortar a respiração e Zé Roxinho não soube explicar. Em seguida, curioso, perguntou quem era a tal de Rosa.

– *Essa tal de Rosa é minha filha – elucidou Roxinho.*

Frio montado

A missa seguia num ritmo suave, emoldurada pelas paredes de pedra da igreja, propícias a multiplicar o frio. Desta feita, Zé Roxinho sentara ao lado de Caio, o filho mais velho da aniversariante. O celebrante, bastante idoso, falava com a voz hesitante, nitidamente acometido de doença degenerativa causadora de distúrbios motores. Em certo momento, apanhou o missal para a tradicional leitura desde os primórdios do velho colégio. Com as mãos trêmulas, o padre mantinha o missal em constante movimento, deixando no atento Zé Roxinho um semblante de intriga. Tentava decifrar a tremedeira. O padre lia e tiritava cada vez mais. Zé Roxinho acionou Caio com o cotovelo, querendo dizer alguma coisa.

– *O que foi Zé Roxinho?* – perguntou em sussurro o filho da aniversariante.

– *Ô Caio, o frio ‘muntô’ no padre!*

Almas limpas, protegidas e festa na fazenda.



Ad perpetuam rei memoriam

Wander Marotta

Desembargador do TJMG

Tudo é incerto e derradeiro.
Tudo é disperso, nada é inteiro.
(Mensagem - Fernando Pessoa).

O IRDR veio para desmentir essas bobagens proclamadas pelos poetas pré-algoritmos.
(Victor, personagem deste conto)

Meu nome é Victor. Ou, se vocês quiserem, pode ser Victória, do gênero neutro (como no Latim). Sempre soube que a evolução me levaria a ser um computador como sou hoje: maior e capaz, portando plenas faculdades mentais e, por isso, em gozo da vontade livremente manifestada por meus algoritmos. Não fui criado, minha inteligência artificial surgiu pouco a pouco e, de uma mera tábua de calcular, tornei-me o que sou aqui e hoje: um cara que decide as mais graves questões para os juizes do Tribunal. O meu trabalho é elementar e consiste em pesquisar o que surge de complexo e de relevante para decidir de acordo com o que chamam de precedentes. Em resumo, eu descomplico o que é, para eles, o insondável.

"*Dura lex, sed lex*" é a expressão em latim para "*a lei é dura, mas é lei*". Segundo essa expressão, há a necessidade de respeitar a lei em todos os casos, até quando ela for rígida e rigorosa, tendo surgido no período de introdução das leis escritas na Roma Antiga; a legislação era transmitida por via oral e, em consequência, sofria alterações por parte dos juizes, que as refaziam de acordo com as tradições locais, introduzindo, ainda, uma série de interpretações pessoais (horror!!!). Com a introdução das leis escritas, passaram a ser iguais para todos e virou "*a lei é dura, mas é lei*", regra a ser respeitada. E assim foi, por séculos, até surgir o IRDR, que fez tudo voltar aos tempos arcaicos. É como a moda: saia longa, saia curta... ovo faz mal, não faz mal... vestido, calça, vestido, calça... Às vezes sim, às vezes não... Dura lex, mas cremosa...

A minha última tarefa é dessas coisas importantíssimas que surgem na Casa (como a denominam) a todo instante, isto é, decidir o que fazer com um agravo que tem trilha sonora ou musical. Deu-se que um advogado, sabendo do processo digital, e vendo o que ocorria nas redes de "whatsapp", resolveu, pois o recurso era muito importante para o seu cliente, criar uma trilha sonora, dessas que se colocam dentro de um retângulo, riscado por uma linha reta e que tem, na ponta da esquerda, uma seta, e, na outra, da direita, um alto falante muito pequenininho, quase irreconhecível na sua aparência de alto falante, como aquelas imagens de montanhas parecidas com bichos.

A teleologia da admissão da trilha sonora é saber qual música serviria para acalmar o juiz na hora de decidir.

O juiz, quando recebeu esse agravo, nem me ouviu primeiro. Estressado e com raiva, despachou: "*Porra!!!! O que é essa merda agora? Indefiro*." Um site de temas jurídicos, não sei porque, publicou esse despacho. Resultado inicial: viralizou. 400 mil curtidas na primeira semana. Resultado adicional: ajuizaram 361.423 agravos musicais, sem contar os recados pornográficos e os que são confeccionados em linguagem próxima do caos, feita só de consoantes.

Para resumir, e dada a imensa dificuldade que se criou, a solução foi instaurar IRDR em todos os cantos e tribunais do país. O IRDR serve para tentar uniformizar o que eles chamam de precedentes. Neste caso, por exemplo, seria saber – e valendo pra todo mundo – se pode existir agravo musical. A questão foi considerada relevantíssima, mesmo porque virou febre: todo mundo queria que o seu agravo fosse musical, cada um com uma trilha sonora específica, desde a dor de cotovelo mais descarada (do tipo "*lupisciniana*"), até a seriedade das mulheres do Chico (Bárbara !!! Bárbara!!!), incluída, no pacote, a pornografia mais chocante das raves e do hip hop (para as questões tributárias), sem contar a música gospel para os que precisavam desesperadamente da ajuda do céu para ganhar a causa.

Num processo de separação, o agravo, com o seu alto falante desprezível, soaria ameaçador: "*Volta! Vem viver outra vez ao meu lado! Não consigo dormir sem teu braço...*". Mesmo na voz da Miúcha, para a mulher (a quem os juristas reservam uma palavra terrível ("*virago*"), curiosamente sem protesto feminista), essa trilha sonora soaria inadmissível. Transação entre as partes, com uma lembrança dessas, estaria inviabilizada logo no começo... Não são fiapos de tristeza, mágoas miúdas, mas dor forte, recriada, que machuca de verdade!

Como sempre acontece (quase que, contaminado, eu escrevi "*como sói acontecer*"), impetraram um mandado de segurança para impedir esses IRDRs. Diziam que era um absurdo admitir IRDR só pra isso, que era uma coisa tão simples, a música ficava na nuvem, não prejudicava ninguém e só seria ouvida por quem quisesse, como um anjo. O juiz, é claro, tinha de ouvir, pois a música era a síntese melódica do caso e não fazê-lo seria uma violência inominável e um atentado dramático contra a intangível dignidade da insondável pessoa humana, agredindo covardemente a totalidade dos princípios invioláveis que todos conhecem (são cerca de 452 princípios neste momento). Os advogados conhecem, como se viu acima, uma lista enorme de adjetivos melodramáticos. Eu mesmo, que tenho orgulho da minha memória, às vezes esqueço alguns, fazendo um enorme esforço de recuperação de dados para acessar todos eles.

Mas, apesar disso, admitiram os IRDRs. Eu gostei, porque foi a solução que sugeri. Os algoritmos têm a vantagem de

– Se a música for muito boa, o agravo fica isento de preparo. A música boa será sempre definida em IRDR (Instituto do Ré e Dó Recursais).

– Só se admite em agravo a música “*a cappella*”, como as de igreja, recomendando-se o Pentatonix; fica vedado tocar sanfona em agravo (em caso de apelação pode).

– Havendo absoluta necessidade, permite-se um (apenas um) violão (de sete cordas) ou violino, na música destinada a agra

Estas teses (vinculantes) regulam hoje o agravo musical, e eu ainda tenho que explicar muita coisa. O ideal (como sugeri) seria formular uma tese de IRDR para cada caso, ao invés de borboletear sobre um padrão feito de minúcias e miudezas. Chegarei à perfeição absoluta ao desfazer todas as controvérsias, objetivo que, conhecendo como conheço a natureza humana, e como um “*deus ex machina*”, certamente alcançarei. Neste momento, quero apenas esclarecer que, como leigo, não admito qualquer responsabilidade por nada que, no futuro, serei obrigado a sugerir.

Apesar de tudo, a cada dia aparecem mais dúvidas e a minha memória é um poço até aqui de incertezas; anda até mesmo meio congestionada. Algumas mexidas no meu sistema, que não controlo de fato, acabaram por fazer com que eu me sinta modificado e mais compassivo. Mas sei que inteligência artificial ainda não pode ter consciência, sei que os porões das empresas de tecnologia são imperscrutáveis e que esta nova era não será governada por normas éticas.

O IRDR é uma súmula com complexo de inferioridade. Mas ficou claro que a musicalização dos agravos é uma afirmativa de que a perfeição “*algoritmizada*” e o julgamento único e sem controvérsias serão alcançados. Quem for contra, se vier, que venha armado.

“Mas sei que
inteligência
artificial ainda
não pode ter
consciência, sei
que os porões
das empresas de
tecnologia são
imperscrutáveis e
que esta nova era
não será governada
por normas éticas.”



RIR, CHORAR, APRENDER E SE EMOCIONAR:

Belo Horizonte agora conta com um novo espaço cultural, com mais de 400 lugares e recursos para oferecer a melhor experiência, tanto para a plateia, quanto para os artistas e alunos, integrando **ciência, educação e cultura**.

Localizado no coração da cidade, em frente ao Parque Municipal, o novo Teatro Feluma é uma iniciativa da Fundação Educacional Lucas Machado, mantenedora da Faculdade Ciências Médicas de Minas Gerais (FCM-MG) e de outros 7 institutos, que gera benefícios para os estudantes, a classe artística e todos os cidadãos belo-horizontinos. Porque, quando a educação e a arte se unem, o resultado só podia mesmo fazer bem para todo mundo.



tão humano que também faz
parte da Ciências Médicas.



CIÊNCIAS MÉDICAS
UMA INSTITUIÇÃO FELUMA

TEATRO
Feluma



A AMAGIS, consciente das questões sociais e ambientais, utiliza papéis com certificado FSC® (*Forest Stewardship Council*®) para a impressão deste material. A certificação FSC garante que a matéria-prima florestal provenha de um manejo considerado social, ambiental e economicamente adequado e outras fontes controladas.